

MANUAL ECLESIASTICO BETEL

A HISTÓRIA DOS BATISTAS

Após a reforma religiosa na Inglaterra, quando foi estabelecida a Igreja Anglicana, em 1534, surgiu o movimento denominado Puritano. Entre tais puritanos havia alguns grupos que defendiam um sistema eclesiástico congregacional, o batismo voluntário e a separação da igreja e estado por influência dos Anabatistas, movimento surgido em 1525.

Entre essas congregações separatistas destacava-se a de Gainsborough, liderada por John Smith e, mais tarde, por Thomas Helwys. Pouco depois, em 1640, outros separatistas de teologia calvinista passaram a pregar o batismo por imersão como a forma simbólica ensinada no Novo Testamento e a melhor maneira de representar o novo nascimento.

Assim, em 1644, a confissão de fé desses grupos, já conhecidos como Batistas, registrava um calvinismo moderado, o sistema eclesiástico congregacional, o batismo voluntário por imersão, a separação entre igreja e estado e a liberdade religiosa. Os batistas modernos nasceram, então, dos separatistas ingleses em conjunto com os imersionistas surgidos posteriormente e ambos defendiam uma herança de princípios Anabatistas.

OS BATISTAS NA AMÉRICA DO NORTE

Com a chegada dos colonos ingleses em terras norte americanas, na sua maioria em busca da liberdade religiosa que não possuíam no velho mundo, tem início a obra Batista no novo continente.

A denominação Batista americana expandiu-se muito mais no sul dos EUA, onde encontra-se atualmente a maior convenção Batista do mundo, a do Sul, a qual pertence a Junta de Richmond, que enviou os primeiros missionários ao Brasil. Os Batistas norte americanos possuíam, então, uma teologia calvinista, um padrão de vida puritano e uma eclesiologia landmarquista (movimento radical e extremista que via nos Batistas os únicos descendentes dos cristãos do Novo Testamento).

OS BATISTAS NO BRASIL

Thomas Jefferson Bowen era missionário americano na Nigéria, África, trabalhando entre os nativos da tribo Yoruba. Depois de algum tempo na África, retornou aos EUA e foi enviado em 1860 para o Brasil, uma vez que muitos escravos que falavam o dialeto yoruba, (língua corrente entre os negros traficados) podiam ser alcançados. Oito meses depois, devido a problemas de saúde e pelo impedimento das autoridades de pregar o evangelho, visto que sua mensagem se distanciava dos ensinamentos católicos, até então a religião oficial do país, Bowen precisou retornar ao seu país, desta vez em definitivo.

Tempos depois, um grupo de colonos norte americanos, sulistas derrotados na guerra entre o sul e o norte (1859-1865), desembarcou no Brasil, em Santa Barbara do Oeste, SP. Grande parte destes colonos eram de origem protestante e em 10 de setembro de 1871 eles organizaram a Primeira Igreja Batista em terras brasileiras, sob a coordenação do pastor Richard Ratcliff. No início os cultos ainda eram em inglês, o que afastava os habitantes locais.

Os primeiros cultos em português só ocorreram dez anos depois, com a chegada ao Brasil do missionário William Buck Bagby e sua esposa Anne, que rapidamente aprenderam o português, no Colégio Presbiteriano de Campinas. Um dos instrutores do casal foi o ex-padre Antônio Teixeira Albuquerque. Sacerdote católico na província de Alagoas, ele converteu-se ao protestantismo sozinho, ao estudar a Bíblia. Depois de abandonar a igreja de Roma, o ex-padre peregrinou pelo Brasil até chegar a Campinas, onde tornou-se o primeiro brasileiro a ser consagrado pastor batista.

A conversão do católico, contudo, foi uma exceção. Falar do Evangelho naqueles dias era motivo de perseguições e, até mesmo, espancamentos. Tudo por causa da intolerância religiosa patrocinada, principalmente, pela Igreja Católica. Certa vez, o casal Bagby estava realizando um batismo numa praia do Rio quando foram interrompidos pelos gritos de “hereges” por uma multidão enfurecida. William foi detido por um homem que afirmava estar cumprindo ordens do chefe de polícia. Na verdade, a prisão fora ordenada por um padre, irritado com o trabalho dos missionários batistas. A situação só foi contornada graças aos jornais da cidade, que descobriram a artimanha e publicaram reportagens condenando o comportamento das autoridades. A repercussão foi tanta que a polícia acabou sendo forçada a dar cobertura aos cultos dos crentes.

Naquele mesmo ano de 1881, o casal Bagby, auxiliado por outra dupla de missionários, Zachary e Kate Taylor, deram seqüência ao seu plano evangelístico e decidiram pregar nos grandes centros urbanos do Brasil. Para tanto, viajaram até a Bahia e no dia 15 de outubro fundaram a primeira Igreja Batista do Brasil, em Salvador - na época, a segunda maior cidade do país, com 250 mil habitantes. O sucesso do trabalho no nordeste encheu William Bagby de coragem, e ele resolveu vir para o Rio de Janeiro, onde fundou uma congregação no bairro Estácio que, logo de início, conseguiu a adesão de quatro pessoas.

Com a abertura do campo missionário brasileiro através do sucesso de Bagby, as organizações batistas americanas resolveram investir. Os obreiros americanos que aqui chegavam traziam consigo o modelo de igreja que conheciam na sua terra natal, implantando a estrutura eclesiástica americana. Além da estrutura cuidadosamente organizada, as igrejas brasileiras fizeram questão de manter o modelo congregacional de governo, caracterizado pela autonomia de cada igreja local - uma marca dos batistas que predomina hoje. Com o tempo, as comunidades foram adaptando seus costumes à realidade brasileira, mas sempre mantendo a identidade.

À medida que as igrejas batistas se multiplicavam surgiu a necessidade de reafirmar o ideário do segmento. Essa tradição ideológica jamais se perdeu no tempo, graças à estratégica propagação através de publicações como livros, Bíblias, revistas de estudo e jornais. A tradição batista legou aos evangélicos brasileiros outra preciosidade: o *Cantor Cristão*, que eternizou centenas de hinos cantados até hoje por crentes de todo o país. Da primeira edição, de 1891, até hoje, as páginas do *Cantor* têm sido fonte de louvor e inspiração.

Dos hinos do acervo, mais de 100 foram compostos ou traduzidos pelo missionário e músico judeu polonês Salomão Luiz Ginsburg, que viveu 37 anos no Brasil. Ginsburg é considerado por muitos o mais importante hinologista brasileiro. Mas também foi um evangelista de visão avançada para o seu tempo. Coube a ele o mérito de ter sido o primeiro a imaginar uma associação que agrupasse todas as igrejas da denominação em 1894. As idéias de Ginsburg acabaram influenciando a história de Igreja Batista Brasileira.

Como as congregações do início do século não tinham condições de, sozinhas, alcançar todo o território brasileiro e o exterior, em 1907 surgiram duas grandes entidades missionárias: a Junta de Missões Nacionais (JMN), e a Junta de Missões Mundiais (JMM). Hoje, esses departamentos contam com quase mil missionários espalhados pelo Brasil e pelo mundo todo. Também no início deste século, as igrejas passaram a se agrupar nas chamadas convenções, com o objetivo de gerir causas comuns como o trabalho de missões e a manutenção de seminários, orfanatos, asilos e colégios. Essa estrutura ampliou-se, buscando a cooperação entre as igrejas. Surgiu assim a CBB - Convenção Batista Brasileira.

VISÃO, MISSÃO E PROPÓSITOS DA IGREJA BATISTA BETEL

NOSSA MISSÃO

A Igreja Batista Betel é uma família que existe para:

- Glorificar a Deus e priorizar pessoas, na intenção de trazê-las para Cristo e integrá-las à Família de Deus;
- Edificá-las tendo em vista a maturidade;
- Equipá-las de forma que sejam capazes de cumprir seu ministério na Igreja e no mundo;
- enviá-las para servir a Deus e ao próximo.

NOSSA VISÃO

A Igreja Batista Betel é uma família que existe para: "Transformar pessoas sem Cristo em verdadeiros discípulos e levar a maturidade os discípulos já alcançados."

Fundamentada nas Escrituras Sagradas, particularmente em o Novo Testamento, a IGREJA BATISTA BETEL tem como base os cinco propósitos: Adoração, Serviço, Comunhão, Missões e Discipulado, visando cumprir sua Visão e Missão em Santo André, no Brasil e no mundo.

NOSSA DECLARAÇÃO DE PROPÓSITOS

A Igreja Batista Betel é uma família que existe fundamentada nas Escrituras Sagradas, particularmente em o Novo Testamento, a IGREJA BATISTA BETEL tendo como base os cinco propósitos: Adoração, Serviço, Comunhão, Missões e Discipulado, visando cumprir sua Visão e Missão em Santo André, no Brasil e no mundo.

PROFISSÃO DE FÉ

O QUE É:

Dar profissão de fé significa declarar publicamente, diante da Igreja, do mundo e de Deus, nossa convicção de salvos por Cristo Jesus, transformados e dispostos a viver para Ele até a morte.

QUANDO:

A profissão Pública de Fé é dada formal e oficialmente quando a pessoa deseja candidatar-se ao batismo e à integração na Igreja local.

CONDIÇÕES:

- Que a pessoa tenha uma experiência Espiritual com o senhor Jesus que possa definir-se como conversão, pela qual arrependeu-se de seus pecados e creu em Jesus como Salvador e Senhor.
- Que a pessoa tenha mudado de vida, esteja dando bom testemunho pelo estilo de viver e não tenha nada que desabone o seu caráter cristão.
- Que a pessoa tenha estudado as doutrinas básicas da palavra de Deus, em classe específica e aceite de coração tornar-se membro de uma Igreja Batista.

CONVICÇÕES BÁSICAS:

1. Ter certeza de sua conversão, de ser uma nova criatura e de salvação eterna;
2. Reconhecer Jesus Cristo como Salvador e Senhor de sua vida; estando disposto a ser um servo fiel até a morte;
3. Ter convicção de que o Espírito Santo reside definitivo mente em seu coração e buscar uma vida cheia de Sua presença;
4. Estar disposto a atender O "ide" de Jesus até aos confins da terra para ser testemunha das Boas Novas;
5. Crer na Bíblia como Palavra de Deus única regra de fé e prática, e rejeitar terminantemente toda e qualquer doutrina que não confira com a Escritura Sagrada;

6. Reconhecer a Igreja como obra de Jesus Cristo para o crescimento espiritual dos santos e propagação da Boas Novas;
7. Estar disposto a ser um dizimista fiel;
8. Estar disposto a manter um comportamento de acordo com os preceitos bíblicos afastando-se de todos os vícios, bailes, carnaval, quadrilhas, jogos de azar, loterias, etc.
9. Aceitar a disciplina da Igreja caso se afaste dos princípios Bíblicos.
10. Aceitar a orientação Pastoral em sua vida como uma autoridade que o Senhor colocou sobre a Igreja para cuidar dela.

PACTO DAS IGREJAS BATISTAS

Tendo sido levados pelo Espírito de Deus a aceitar o Senhor Jesus Cristo como nosso único e suficiente Salvador, tendo sido batizado, sob profissão de fé, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, decidimo-nos unânimes, como um corpo em Cristo firmar solene e alegremente, na presença de Deus e desta congregação, o seguinte Pacto:

Comprometemo-nos a, auxiliados pelo Espírito Santo andar unidos no amor cristão; trabalhar para que esta Igreja cresça no conhecimento da Palavra, na santidade, no conforto mútuo e na espiritualidade; manter os cultos, suas doutrinas, suas ordenanças e sua disciplina; contribuir liberalmente para o sustento do ministério, para as despesas da Igreja, para o auxílio os pobres e para a propagação do Evangelho em todas as nações.

Comprometemo-nos também a manter uma devoção particular, a evitar e condenar todos os vícios a educar religiosamente os nossos filhos, a procurar a salvação de todo o mundo, a começar de nossos parentes, amigos e conhecidos; a ser corretos em nossas transações, fiéis em nossos compromissos e exemplares em nossa conduta; a ser diligentes nos trabalhos seculares evitar a detração; a difamação e a ira, sempre e em tudo visando à expansão do Reino de nosso Salvador.

Além disso, comprometemo-nos a ter cuidado uns dos outros; a lembrar-nos uns dos outros nas orações; ajudar-nos mutuamente nas enfermidades e necessidades; cultivar relações francas e a delicadeza no trato; estar prontos a perdoar as ofensas, buscando, quando possível, a Paz com todos os homens.

Finalmente comprometemo-nos a, quando sairmos desta localidade para outra, unir-nos a uma outra Igreja da mesma fé e ordem, em que possamos observar os princípios da Palavra de Deus e o espírito deste Pacto.

O Senhor nos abençoe e proteja para que sejamos fiéis e sinceros até a morte.

PRINCIPIOS BATISTAS

I - A AUTORIDADE

1. **Cristo como Senhor** - A fonte suprema da autoridade cristã é o Senhor Jesus Cristo. Sua soberania emana de eterna divindade e poder - como o unigênito Filho do Deus Supremo - de sua redenção vicária e ressurreição vitoriosa. Sua autoridade é a expressão de amor justo, sabedoria infinita e santidade divina, e se aplica à totalidade da vida. Dela procedem à integridade do propósito cristão, o poder da dedicação cristã, a motivação da lealdade cristã. Ela exige a obediência aos mandamentos de Cristo, dedicação ao seu serviço, fidelidade ao seu reino e a máxima devoção à sua pessoa, como Senhor vivo.

A suprema fonte de autoridade é o Senhor Jesus Cristo, e toda a esfera da vida está estreita à sua soberania.

2. **As Escrituras** - A Bíblia fala com autoridade porque é a Palavra de Deus. É a suprema regra de fé e prática porque é testemunha fidedigna e inspirada dos atos maravilhosos de Deus através da revelação de si mesmo e da redenção, sendo tudo patenteado na vida, nos ensinamentos e na obra salvadora de Jesus Cristo. As Escrituras revelam a mente de Cristo e ensinam o significado de seu domínio. Na sua singular e una revelação da vontade divina para a humanidade, a Bíblia é a autoridade final que atrai as pessoas a Cristo e as guiam em todas as questões de fé cristã e dever moral. O indivíduo tem que aceitar a responsabilidade de estudar a Bíblia, com a mente aberta e com atitude reverente, procurando o significado de sua mensagem através de pesquisa e oração, orientando a vida debaixo de sua disciplina e instrução.

A Bíblia, como revelação inspirada da vontade divina, cumprida e completada na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo, é nossa regra autorizada de fé e prática.

3. **O Espírito Santo** - O Espírito Santo é presença ativa de Deus no mundo e, particularmente, na experiência humana. É Deus revelando sua pessoa e vontade ao homem. O Espírito, portanto, é a voz da autoridade divina. É o Espírito de Cristo, e sua autoridade é a vontade de Cristo. Visto que as Escrituras são produto de homens que, inspirados pelo Espírito, falaram por Deus, a verdade da Bíblia expressa a vontade do Espírito, compreendida pela iluminação do mesmo. Ele convence os homens do pecado, da justiça e do juízo, tornando assim efetiva a salvação individual, através da obra salvadora de Cristo. Ele habita o coração do crente, como advogado perante Deus e intérprete para o homem. Ele atraiu fiel para a fé e a obediência e, assim, produzem na sua vida os frutos da santidade e do amor.

O Espírito procura alcançar vontade e propósito divinos entre os homens. Ele dá aos cristãos poder e autoridade para o trabalho do reino e santifica e preserva os redimidos, para o louvor de Cristo; exige uma submissão livre e dinâmica à autoridade de Cristo, e uma obediência criativa e fiel à Palavra de Deus.

O Espírito Santo é o próprio Deus revelando sua pessoa e vontade aos homens. Ele, portanto, interpreta e confirma a voz da autoridade divina.

II - O INDIVÍDUO

1. **Seu Valor** - A Bíblia revela que cada ser humano é criado à imagem de Deus; é único, precioso e insubstituível. Criado ser racional, cada pessoa é moralmente responsável perante Deus e o próximo. O homem, como indivíduo, é distinto de todas as outras pessoas. Como pessoa, ele é unido aos outros no fluxo da vida, pois ninguém vive nem morre por si mesmo.

A Bíblia revela que Jesus Cristo morreu por todos os homens. O fato de ser o homem criado à imagem de Deus, e de Jesus Cristo morrer para salvá-lo, é a fonte da dignidade e do valor humano. Ele tem, direitos outorgados por Deus, de ser reconhecido e aceito como indivíduo, sem distinção de raça, cor, credo, ou cultura; de ser parte digna e respeitável da comunidade; de ter a plena oportunidade de alcançar o seu potencial.

Cada indivíduo foi criado à imagem de Deus e, portanto, merece respeito e consideração como uma pessoa de valor e dignidade infinita.

2. **Sua Competência** - O indivíduo, Porque criado à imagem de Deus, torna-se responsável por suas decisões morais e religiosas. Ele é competente, sob a orientação do Espírito Santo, para formular a própria resposta à chamada divina ao evangelho de Cristo, para a comunhão com Deus, para crescer na graça e no conhecimento de nosso Senhor. Estreitamente ligada a essa competência está a responsabilidade de procurar a verdade e, encontrando-a, agir conforme essa descoberta, e partilhar a verdade com outros. Embora não se admita coação no terreno religioso, o cristão não tem a liberdade de ser neutro em questões de consciência e convicção.

Cada pessoa é competente e responsável perante Deus, nas próprias decisões e questões morais e religiosas.

3. **Sua Liberdade** - Os batistas consideram como inalienável a liberdade de consciência, a plena liberdade de religião de todas as pessoas. O homem é livre para aceitar ou rejeitar a religião; escolher ou mudar sua crença; propagar e ensinar a verdade como a entenda, sempre respeitando os direitos e convicções alheias; cultuar a Deus tanto a sós quanto publicamente; convidar outras pessoas a participarem nos cultos e noutras atividades de sua religião; possuir propriedade e quaisquer outros bens necessários à propagação de sua fé. Tal liberdade não é privilégio para ser concedido, rejeitado ou meramente tolerado - nem pelo estado, nem por qualquer outro grupo religioso - é um direito outorgado por Deus.

Cada pessoa é livre perante Deus, em todas as questões de consciência, e tem o direito de abraçar ou rejeitar a religião, bem como de testemunhar de sua fé religiosa, respeitando os direitos dos outros.

III - A VIDA CRISTÃ

1. **A Salvação pela Graça** - A graça é a provisão misericordiosa de Deus para a condição do homem perdido. O homem, no seu estado natural, é egoísta e orgulhoso; ele está na escravidão de Satanás e espiritualmente morto em transgressões e pecados. Devido à sua natureza pecaminosa, o homem não pode salvar-se a si mesmo. Mas Deus tem uma atitude benevolente em relação a todos, apesar da corrupção moral e da rebelião. A salvação não é o resultado dos méritos humanos, antes emana de propósito e iniciativa divinos. Não vem através de mediação sacramental, nem de treinamento moral, mas como resultado da misericórdia e poder divinos. A salvação do pecado é a dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pelo arrependimento em relação a Deus, pela fé em Jesus Cristo, e pela entrega incondicional a ele como Senhor.

A salvação, que vem através da graça, pela fé, coloca o indivíduo em união vital e transformadora com Cristo, e se caracteriza por uma vida de santidade e boas obras.

A mesma graça, por meio da qual a pessoa alcança a salvação, dá a certeza e a segurança do perdão contínuo de Deus e de seu auxílio na vida cristã.

A salvação é dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pela fé em Cristo e rendição à soberania divina.

2. **As Exigências do Discipulado** - O aprendizado cristão inicia-se com a entrega a Cristo, como Senhor. Desenvolve-se à proporção que a pessoa tem comunhão com Cristo e obedece aos seus mandamentos. O discípulo aprende a verdade em Cristo, somente por obedecê-la. Essa obediência exige a entrega das ambições e dos propósitos pessoais e a obediência à vontade do Pai. A obediência levou Cristo à cruz e exige de cada discípulo que tome a própria cruz e siga a Cristo.

O levar a cruz, ou negar-se a si mesmo, expressa-se de muitas maneiras na vida do discípulo. Este procurará, primeiro, o reino de Deus. Sua lealdade suprema será a Cristo. Ele será fiel em cumprir um mandamento cristão. Sua vida pessoal manifestará autodisciplina, pureza, integridade e amor cristão, em todas as relações que tem com os outros. O discipulado é completo.

As exigências do discipulado cristão, baseadas no reconhecimento da soberania de Cristo, relacionam-se com a vida em um todo e exigem obediência e devoção completas.

3. **O Sacerdócio do Crente** - Cada homem pode ir diretamente a Deus em busca de perdão, através do arrependimento e da fé. Ele não necessita para isso de nenhum outro indivíduo, nem mesmo da igreja. Há um só mediador entre Deus e os homens, Jesus. Depois de tornar-se crente, a pessoa tem acesso direto a Deus, através de Jesus Cristo. Ela entra no sacerdócio real que lhe outorga o privilégio de servir à humanidade em nome de Cristo. Deverá partilhar com os homens a fé que

acalenta e servi-los em nome e no espírito de Cristo. O sacerdócio do crente, portanto, significa que todos os cristãos são iguais perante Deus e na fraternidade da igreja local.

Cada cristão, tendo acesso direto a Deus através de Jesus Cristo, é o seu próprio sacerdote e tem a obrigação de servir de sacerdote de Jesus Cristo em benefício de outras pessoas.

4. **O Cristão e seu Lar** - O lar foi constituído por Deus como unidade básica da sociedade. A formação de lares verdadeiramente cristãos deve merecer o interesse particular de todos. Devem ser constituídos da união de dois seres cristãos, dotados de maturidade emocional, espiritual e física, unidos por um amor profundo. O casal deve partilhar ideais e ambições semelhantes e ser dedicado à criação dos filhos na instrução e disciplina divinas. Isso exige o estudo regular da Bíblia e a prática do culto doméstico. Nesses lares o espírito cristão está presente em todas as relações da família.

As igrejas têm a obrigação de preparar jovens para o casamento, treinar e auxiliar os pais nas suas responsabilidades, orientar pais e filhos nas provações e crises da vida, assistir àqueles que sofrem em lares desajustados, e ajudar os enlutados e encanecidos a encontrarem sempre um significado na vida.

O lar é básico, no propósito de Deus para o bem-estar da humanidade, e o desenvolvimento da família deve ser de supremo interesse para todos os cristãos.

5. **O Cristão Como Cidadão** - O cristão é cidadão de dois mundos - o reino de Deus e o estado político - e deve obedecer à lei de sua pátria terrena, tanto quanto à lei suprema. No caso de ser necessária uma escolha, o cristão deve obedecer a Deus antes que a homem. Deve mostrar respeito para com aqueles que interpretam a lei e a põem em vigor, e participar ativamente na vida de sua comunidade, procurando conciliar a vida social, econômica e política com o espírito e os princípios cristãos. A mordomia cristã da vida inclui tais responsabilidades como o voto, o pagamento de impostos e o apoio à legislação digna. O cristão deve orar pelas autoridades e incentivar outros cristãos a aceitarem a responsabilidade cívica, como um serviço de Deus e à humanidade.

O cristão é cidadão de dois mundos - o reino de Deus e o estado - e deve ser obediente à lei do seu país, tanto quanto à lei suprema de Deus.

IV - A IGREJA

1. **Sua Natureza** - No Novo Testamento o termo igreja é usado para designar o povo de Deus em sua totalidade, ou só uma assembléia local. A igreja é uma comunidade fraterna das pessoas redimidas por Cristo Jesus, divinamente chamadas, divinamente criadas, e feitas urna só debaixo do governo soberano de Deus. A igreja, como uma entidade local - um organismo presidido pelo Espírito Santo - é uma fraternidade de crentes em Jesus Cristo que se batizaram e voluntariamente se uniram para o culto, o estudo, a disciplina mútua, o serviço e a propagação do evangelho, no local da igreja e até os confins da terra.

A igreja, no sentido lato, é a comunidade fraterna de pessoas redimidas por Cristo e tornadas uma só na família de Deus. A igreja, no sentido local, é a companhia fraterna de crentes Matizados, voluntariamente unidos para o culto, desenvolvimento espiritual e serviço.

2. **Seus Membros** - A igreja, como uma entidade, é uma companhia de crentes regenerados e Matizados que se associam num conceito de fé e fraternidade do evangelho. Propriamente, a pessoa qualifica-se para ser membro de igreja por ser nascida de Deus e aceitar voluntariamente o batismo. Ser membro de uma igreja local, para tais pessoas, é um privilégio santo e um dever sagrado. O simples fato de arrolar-se na lista de membros de uma igreja não torna a pessoa membro do corpo de Cristo. Cuidado extremo deve ser exercido a fim de que sejam aceitas como membros da igreja somente as pessoas que dêem evidências positivas de regeneração e verdadeiras submissão a Cristo.

Ser membro de Igreja é um privilégio, dado exclusivamente a pessoas regeneradas que voluntariamente aceitam o batismo e se entregam ao discipulado fiel, segundo o preceito cristão.

3. **Suas Ordenanças** - O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja. São símbolos, mas sua observância envolve fé, exame de consciência, discernimento, confissão, gratidão, comunhão e culto. O batismo é administrado pela igreja, sob a autoridade do Deus triúno, e sua forma é a imersão daquele que, pela fé, já recebeu a Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Por esse ato o crente retrata a sua morte para o pecado e a sua ressurreição para uma vida nova.

A ceia do Senhor, observada através dos símbolos do pão e do vinho, é um profundo esquadrinhamento do coração, uma grata lembrança de Jesus Cristo e sua morte vicária na cruz, uma abençoada segurança de sua volta e uma jubilosa comunhão com o Cristo vivo e seu povo.

O batismo e a ceia do Senhor, as duas ordenanças da igreja, são símbolos da redenção, mas sua observância envolve realidades espirituais na experiência cristã.

4. **Seu Governo** - O princípio governante para uma igreja local é a soberania de Jesus Cristo. A autonomia da igreja tem como fundamento o fato de que Cristo está sempre presente e é a cabeça da congregação do seu povo. A igreja, portanto, não pode sujeitar-se à autoridade de qualquer outra entidade religiosa. Sua autonomia, então, é válida somente quando exercida sob o domínio de Cristo.

A democracia, o governo pela congregação, é forma certa somente na medida em que, orientada pelo Espírito Santo, providencia e exige a participação consciente de cada um dos membros nas deliberações do trabalho da igreja. Nem a maioria, nem a minoria, nem tampouco a unanimidade, reflete necessariamente a vontade divina.

Uma igreja é um corpo autônomo, sujeito unicamente a Cristo, sua cabeça. Seu governo democrático, no sentido próprio, reflete a igualdade e responsabilidade de todos os crentes, sob a autoridade de Cristo.

5. **Sua Relação Para com o Estado** - Tanto a igreja como o estado são ordenados por Deus e responsáveis perante ele. Cada um é distinto; cada um tem um propósito divino; nenhum deve transgredir os direitos do outro. Devem permanecer separados, mas igualmente manter a devida relação entre si e para com Deus. Cabe ao estado o exercício da autoridade civil, a manutenção da ordem e a promoção do bem-estar público.

A igreja é uma comunhão voluntária de cristãos, unidos sob o domínio de Cristo para o culto e serviço em seu nome. O estado não pode ignorar a soberania de Deus nem rejeitar suas leis como a base da ordem moral e da justiça social. Os cristãos devem aceitar suas responsabilidades de sustentar o estado e obedecer ao poder civil, de acordo com os princípios cristãos. O estado deve à igreja a proteção da lei e a liberdade plena, no exercício do seu ministério espiritual. A igreja deve ao estado o reforço moral e espiritual para a lei e a ordem, bem como a proclamação clara das verdades que fundamentam a justiça e a paz. A igreja tem a responsabilidade tanto de orar pelo estado quanto de declarar o juízo divino em relação ao governo, às responsabilidades de uma soberania autêntica e consciente, e aos direitos de todas as pessoas. 'A igreja deve praticar coerentemente os princípios que sustenta e que devem governar a relação entre ela e o estado.

A igreja e o estado são constituídos por Deus e sítio perante ele responsáveis. Devem permanecer distintos, mas têm a obrigação do reconhecimento e reforço mútuos, no propósito de cumprir-se a função divina.

6. **Sua Relação Para com o Mundo** - Jesus Cristo veio ao mundo, mas não era do mundo. Ele orou não para que seu povo fosse tirado do mundo, mas que fosse liberto do mal. Sua igreja, portanto,

tem a responsabilidade de permanecer no mundo, sem ser do mundo. A igreja e o cristão, individualmente, têm a obrigação de opor-se ao mal e trabalhar para a eliminação de tudo que corrompa e degrade a vida humana. A igreja deve tomar posição definida em relação à justiça e trabalhar fervorosamente pelo respeito mútuo, a fraternidade, a retidão, a paz, em todas as relações entre os homens. Raças e nações. Ela trabalha confiante no cumprimento final do propósito divino no mundo.

Esses ideais, que têm focalizado o testemunho distintivo dos batistas, choca-se com o momento atual do mundo e em crucial significação. As forças do mundo os desafiam. Certas tendências em nossas igrejas e denominação põem-nos em perigo. Se esses ideais servirem para inspirar os batistas, com o senso da missão digna da hora presente, deverão ser relacionados com a realidade dinâmica de todo o aspecto de nossa tarefa contínua.

A igreja tem uma posição de responsabilidade no mundo; sua missão é para com o mundo; mas seu caráter e ministério são espirituais.

Os batistas, historicamente, tem exaltado o valor do indivíduo, dando-lhe um lugar central no trabalho das igrejas e da denominação. Essa distinção, entretanto, está em, perigo nestes dias de autoritarismo e pressões para o conformismo. Alertados para esses Perigos, dentro das próprias fileiras, tanto quanto no mundo, os batistas devem preservar a integridade do indivíduo.

O alto valor do indivíduo deve refletir-se nos serviços de culto, no trabalho evangelístico, nas obras missionárias, no ensino e treinamento da mordomia, em todo o programa de educação cristã. Os programas são justificados pelo que fazem pelos indivíduos por eles influenciados. Isso significa, entre outras coisas, que o indivíduo nunca deve ser usado como um meio, nunca deve ser manobrado, nem tratado como mera estatística. Esse ideal exige, antes, que seja dada primordial consideração ao indivíduo, na sua liberdade moral, nas suas necessidades urgentes e no seu valor perante Cristo.

V - NOSSA TAREFA CONTÍNUA

1. [A Centralidade do Indivíduo](#) - Os batistas, historicamente, têm exaltado o valor do indivíduo, dando-lhe um lugar central no trabalho das igrejas e da denominação. Essa distinção, entretanto, está em, perigo nestes dias de automatismo e pressões para o conformismo. Alertados para esses perigos, dentro das próprias fileiras, tanto quanto no mundo, os batistas devem preservar a integridade do indivíduo.

O alto valor do indivíduo deve refletir-se nos serviços de culto, no trabalho evangelístico, nas obras missionárias, no ensino e treinamento da mordomia, em todo o programa de educação cristã. Os programas são justificados pelo que fazem pelos indivíduos por eles influenciados. Isso significa, entre outras coisas, que o indivíduo nunca deve ser usado como um meio, nunca deve ser manobrado, nem tratado como mera estatística. Esse ideal exige, antes, que seja dada primordial consideração ao indivíduo, na sua liberdade moral, nas suas necessidades urgentes e no seu valor perante Cristo.

De consideração Primordial na vida e no trabalho de nossas igrejas é o indivíduo, com seu valor, suas necessidades, sua liberdade moral, seu potencial perante Cristo.

2. [Culto](#) - O culto a Deus, pessoal ou coletivo, é a expressão mais elevada da fé e devoção cristã. É supremo tanto em privilégio quanto em dever. Os batistas enfrentam uma necessidade urgente de melhorar a qualidade do seu culto, a fim de experimentarem coletivamente uma renovação de fé, esperança e amor, como resultado da comunhão com o Deus supremo. O culto deve ser coerente com a natureza de Deus, na sua santidade: uma experiência, portanto, de adoração e confissão que se expressa com temor e humildade. O culto não é mera forma e ritual, mas uma experiência com o Deus vivo, através da meditação e da entrega pessoal. Não é simplesmente um serviço religioso, mas comunhão com Deus na realidade do louvor, na sinceridade do amor e na beleza da santidade.

O culto torna-se significativo quando se combinam, com reverência e ordem, a inspiração da presença de Deus, a proclamação do evangelho, a liberdade e a atuação do Espírito. O resultado de tal culto será uma consciência mais profunda da 'santidade, majestade e graça de Deus, maior devoção e mais completa dedicação à vontade de Deus.

O culto - que envolve uma experiência de comunhão com o Deus vivo e santo - exige uma apreciação maior sobre a reverência e a ordem, a confissão e a humildade, a consciência da santidade, majestade, graça e propósito de Deus.

3. **O Ministério Cristão** - A igreja e todos os seus membros estão no mundo, a fim de servir. Em certo sentido, cada filho de Deus é chamado como cristão. Há, entretanto, uma falta generalizada no sentido de negar o valor devido à natureza singular da chamada como vocação ao serviço de Cristo. Maior atenção neste ponto é especialmente necessária, em face da pressão que recebem os jovens competentes para a escolha de algum ramo das ciências e, ainda mais devido ao número decrescente daqueles que estão atendendo à chamada divina, para o serviço de Cristo.

Os que são chamados pelo Senhor para o ministério cristão devem reconhecer que o fim da chamada é servir. São, no sentido especial, escravos de Cristo e seus ministros nas igrejas e junto ao povo. Devem exaltar suas responsabilidades, em vez de privilégios especiais. Suas funções distintas não visam a vangloria; antes, são meios de servir a Deus, à igreja e ao próximo.

As igrejas são responsáveis perante Deus por aqueles que elas consagram ao seu ministério.

Devem manter padrões elevados para aqueles que aspiram à consagração, quanto à experiência e ao caráter cristãos. Devem incentivar os chamados a procurarem o preparo adequado ao seu ministério.

Cada cristão tem o dever de ministrar ou servir com abnegação completa; Deus, porém, na sua sabedoria, chama várias pessoas de um modo singular para dedicarem sua vida de tempo integral, ao ministério relacionado com a obra da igreja.

4. **Evangelismo** - O evangelismo é a proclamação do juízo divino sobre o pecado, e das boas novas da graça divina em Jesus Cristo. É a resposta dos cristãos às pessoas na incidência do pecado, é a ordem de Cristo aos seus seguidores, a fim de que sejam suas testemunhas frente a todos os homens. O evangelismo declara que o evangelho, e unicamente o evangelho, é o poder de Deus para a salvação. A obra de evangelismo é básica na missão da igreja e no mister de cada cristão. O evangelismo, assim concebido, exige um fundamento teológico firme e uma ênfase perene nas doutrinas básicas da salvação. O evangelismo neo-testamentário é a salvação por meio do evangelho e pelo poder do Espírito. Visa a salvação do homem todo; confronta os perdidos com o preço do discipulado e as exigências da soberania de Cristo; exalta a graça divina, a fé voluntária e a realidade da experiência de conversão.

Convites feitos a pessoas não salvas nunca devem desvalorizar essa realidade imperativa. O uso de truques de psicologia das massas, os substitutivos da convicção e todos os esquemas vaidosos são pecados contra Deus e contra o indivíduo. O amor cristão, o destino dos pecadores e a força do pecado constituem uma urgência obrigatória.

A norma de evangelismo exigida pelos tempos críticos dos nossos dias é o evangelismo pessoal e coletivo, o uso de métodos sãos e dignos, o testemunho de piedade pessoal e dum espírito semelhante ao de Cristo, a intercessão pela misericórdia e pelo poder de Deus, e a dependência completa do Espírito Santo.

O evangelismo, que é básico no ministério da igreja e na vocação do crente, é a proclamação do juízo e da graça de Deus em Jesus Cristo e a chamada para aceitá-lo como Salvador e segui-lo como Senhor.

5. **Missões** - Missões, como usamos o tem (é a extensão do propósito redentor de Deus através do evangelismo, da educação e do serviço cristão além das fronteiras da igreja local. As massas Perdidas do mundo constituem um desafio comovedor para as igrejas cristãs. Uma vez que os batistas acreditam na liberdade e competência de cada um para as próprias decisões nas questões religiosas, temos a responsabilidade perante Deus de assegurar a cada indivíduo o conhecimento e a oportunidade de fazer a decisão certa. Estamos sob a determinação divina, no sentido de proclamar o evangelho a toda criatura. A urgência da situação atual do mundo, o apelo agressivo de crenças e ideologias exóticas, e nosso interesse pelos transviados, exigem de nós dedicação máxima em pessoal e dinheiro, a fim de proclamar-se a redenção em Cristo, para o mundo todo.

A cooperação nas missões mundiais é imperativa. Devemos utilizar os meios à nossa disposição, inclusive os de comunicação em massa, para dar o evangelho de Cristo ao mundo. Não devemos depender exclusivamente de um grupo pequeno de missionários especialmente treinados e dedicados. Cada batista é um missionário, não importa o local onde Mora, ou a Posição que ocupa.

Os atos pessoais ou de grupos, as atitudes em relação a outras nações, raças e religiões, fazem Parte do nosso testemunho favorável ou contrário a Cristo, o qual, em cada esfera e relação da vida, deve fortalecer nossa proclamação de que Jesus é o Senhor de todos.

As Missões Procuram a extensão do propósito redentor de Deus em toda parte, através da evangelização, da educação e do serviço cristão, e exigem de nós dedicação máxima

6. **Mordomia** - A mordomia cristã é o uso, sob a orientação divina, da vida, dos talentos, do tempo e dos bens materiais, na proclamação do evangelho e na prática respectiva. No partilhar o evangelho, a mordomia encontra seu significado mais elevado: ela é baseada no reconhecimento de que tudo o que temos e somos vem de Deus, como uma responsabilidade sagrada.

Os bens materiais em si não são maus nem bons. O amor ao dinheiro, e não o dinheiro em si, é a raiz de todas as espécies de males. Na mordomia cristã, o dinheiro torna-se um meio para alcançar bens espirituais, tanto para a pessoa que dá, quanto para a que recebe. Aceito como um encargo sagrado, o dinheiro torna-se não uma ameaça e sim uma oportunidade. Jesus preocupou-se em que o homem fosse liberto da tirania dos bens materiais e os empregasse para suprir tanto as necessidades próprias como as alheias.

A responsabilidade da mordomia aplica-se não somente ao cristão como indivíduo mas, também, a cada igreja local, cada convenção, cada agência da denominação. Aquilo que é confiado ao indivíduo ou à instituição não deve ser guardado nem gasto egoisticamente, mas empregado no serviço da humanidade e para a glória de Deus.

A mordomia cristã concebe toda a vida com um encargo sagrado, confiado por Deus, e exige o emprego responsável de vida, tempo, talentos e bens - pessoal ou coletivamente - no serviço de Cristo.

7. **O Ensino e Treinamento** - O ensino e treinamento são básicos na comissão de Cristo para os seus seguidores, constituindo um imperativo divino Pela natureza da fé e experiência cristãs. Eles são necessários ao desenvolvimento de atitudes cristãs, à demonstração de virtudes cristãs, ao gozo de privilégios cristãos, ao cumprimento de responsabilidades cristãs, à realização da certeza cristã. Devem começar com o nascimento do homem e continuar através de sua vida toda. São funções do lar e da igreja, divinamente ordenadas, e constituem o caminho da maturidade cristã.

Desde que a fé há de ser pessoal, e voluntária cada resposta à soberania de Cristo, o ensino e treinamento são necessários antecipadamente ao discipulado cristão e a uni testemunho vital. Este fato significa que a tarefa educacional da igreja deve ser o centro do seu programa. A prova do ministério do ensino e treinamento está no caráter semelhante ao de Cristo e na capacidade de enfrentar e resolver eficientemente os problemas sociais, morais e espirituais do mundo hodierno.

Devemos treinar os indivíduos a fim de que possam conhecer a verdade que os liberta, experimentar o amor que os transforma em servos da humanidade, e alcançar a fé que lhes concede a esperança no reino de Deus.

A natureza da fé e experiência cristãs e a natureza e necessidades das pessoas fazem do ensino e treinamento um imperativo.

8. **Educação Cristã** - A fé e a razão aliam-se no conhecimento verdadeiro. A fé genuína Procura compreensão e expressão inteligente. As escolas cristãs devem conservar a fé e a razão no equilíbrio Próprio. Isto significa que não ficarão satisfeitas senão com os padrões acadêmicos elevados. Ao mesmo tempo, devem proporcionar um tipo distinto de educação a educação infundida pelo espírito cristão, com a perspectiva cristã e dedicada aos valores Cristãos.

Nossas escolas cristãs têm a responsabilidade de treinar e inspirar homens e mulheres para a liderança eficiente, leiga e vocacional, em nossas igrejas e no mundo. As igrejas, por sua vez, têm a responsabilidade de sustentar condignamente todas as suas instituições educacionais.

Os membros de igreja devem ter interesse naqueles que ensinam em suas instituições, bem como naquilo que estes transmitem. Há limites para a liberdade acadêmica; deve ser admitido, entretanto, que os professores das nossas instituições tenham liberdade para a erudição criadora, com o equilíbrio de um senso profundo da responsabilidade pessoal para com Deus, a verdade, a denominação e as pessoas a quem servem.

A educação cristã emerge da relação da fé e da razão, e exige excelência e liberdade acadêmicas que são tanto reais quanto responsáveis.

9. **A Autocrítica** - Tanto a igreja local quanto a denominação, a fim de permanecerem sadias e florescentes, têm que aceitar a responsabilidade da autocrítica. Seria prejudicial às igrejas e à denominação se fosse negado ao indivíduo o direito de discordar, ou se fossem considerados nossos métodos ou técnicas como finais ou perfeitos. O trabalho de nossas igrejas e de nossa denominação precisa de freqüente avaliação, a fim de evitar a esterilidade do tradicionalismo. Isso especialmente se torna necessário na área dos métodos, mas também se aplica aos princípios e práticas históricas em sua relação à vida contemporânea. Isso significa que nossas igrejas, instituições e agências devem defender e Proteger o direito de o povo perguntar e criticar construtivamente.

A autocrítica construtiva deve ser centralizada em problemas básicos, e assim evitar os efeitos desintegrantes de acusações e recriminações. Criticar não significa deslealdade; a crítica pode resultar de um interesse profundo no bem-estar da denominação. Tal crítica visará o desenvolvimento e a maturidade cristã, tanto para o indivíduo quanto para a denominação.

Todo grupo de cristãos para conservar sua produtividade, terá que aceitar a responsabilidade da autocrítica construtiva.

Como batistas, revendo o progresso realizado no decorrer dos anos, tem todos inteira razão de desvanecimento ante as evidências do favor de Deus sobre nós. Os batistas podem bem cantar com alegria: “Glória a Deus, grandes coisas ele fez!” Podem eles também lembrar que aquele a quem foi dado o privilégio de gozar de tão alta herança, reconhecidos ao toque da graça, devem engrandecê-la com os seus próprios sacrifícios.

DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

PREÂMBULO

Os discípulos de Jesus Cristo que vieram a ser designados pelo nome “batista” se caracterizavam pela sua fidelidade às Escrituras e por isso só recebiam em suas comunidades, como membros atuantes, pessoas convertidas pelo Espírito Santo de Deus. Somente essas pessoas eram por eles batizadas e não reconheciam como válido o batismo administrado na infância por qualquer grupo cristão, pois, para eles, crianças recém-nascidas não podiam ter consciência de pecado, regeneração, fé e salvação. Para adotarem essas posições eles estavam bem fundamentados nos Evangelhos e nos demais livros do Novo Testamento. A mesma fundamentação tinham todas as outras doutrinas que professavam. Mas sua exigência de batismo só de convertidos é que mais chamou a atenção do povo e das autoridades, daí derivando a designação “batista” que muitos supõem ser uma forma simplificada de “Anabatistas”, “aquele que batiza de novo”.

A designação surgiu no século XVII, mas aqueles discípulos de Jesus Cristo estavam espiritualmente ligados a todos os que, através dos séculos, procuraram permanecer fiéis aos ensinamentos das Escrituras, repudiando, mesmo com risco da própria vida, os acréscimos e corrupções de origem humana.

Através dos tempos, os batistas se têm notabilizado pela defesa destes princípios:

- 1 A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta.
- 2 O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas.
- 3 A separação entre Igreja e Estado.
- 4 A absoluta liberdade de consciência.
- 5 A responsabilidade individual diante de Deus.
- 6 A autenticidade e apostolicidade das igrejas.

Caracterizam-se também os batistas pela intensa e ativa cooperação entre suas igrejas. Não havendo nenhum poder que possa constranger a igreja local, a não ser a vontade de Deus, manifestada através de seu Santo Espírito, os batistas, baseados nesse princípio da cooperação voluntária das igrejas, realizam uma obra geral de missões, em que foram pioneiros entre os evangélicos nos tempos modernos; de evangelização, de educação teológica, religiosa e secular; de ação social e de beneficência. Para a execução desses fins, organizam associações regionais e convenções estaduais e nacionais, não tendo estas, no entanto, autoridade sobre as igrejas; devendo suas resoluções ser entendidas como sugestões ou apelos.

Para os batistas, as Escrituras Sagradas, em particular o Novo Testamento, constituem a única regra de fé e conduta, mas, de quando em quando, as circunstâncias exigem que sejam feitas declarações doutrinárias que esclareçam os espíritos, dissipem dúvidas e reafirmem posições. Creemos estar vivendo um momento assim no Brasil, quando uma declaração desse tipo deve ser formulada, com a exigência insubstituível de ser rigorosamente fundamentada na Palavra de Deus. É o que faz agora a Convenção Batista Brasileira, nos 19 artigos que se seguem:

I - ESCRITURAS SAGRADAS

A Bíblia é a Palavra de Deus em linguagem humana (1). É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens (2). Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi escrita por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo (3). Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus (4). Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro e por isso é um perfeito tesouro de instrução divina (5). Revela o destino final do mundo e os critérios pelos quais Deus julgará todos os homens (6). A Bíblia é autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual devem ser aferidas a doutrina e a conduta dos homens (7). Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinamentos de Jesus Cristo (8).

(1) Sl 119.89; Hb 1.1; Is 40.8; Mt 24.35; Lc 24.44,45; Jo 10.35; Rm 3.2; I Pe 1.25; I Pe 1.21. (2) Is 40.8; Mt 22.29; Hb 1.1,2; Mt 24.35; Lc 24.44,45; 16.29; Rm 16.25,26; I Pe 1.25. (3) Ex 24.4; II Sm

23.2; At 3.21; II Pe 1.21. **(4)** Lc 16.29; Rm 1.16; II Tm 3.16,17; I Pe 2.2; Hb 4.12; Ef 6.17; Rm 15.4 **(5)** Sl 19.7-9; Sl 119.105; Pv 30.5; Jo 10.35; 17.17; Rm 3.4; 15.4; II Tm 3.15-17. **(6)** Jo 12.47.48; Rm 2.12,13. **(7)** II Cr 24.19; Sl 19.7-9; Is 34.16; Mt 5.17,18; Is 8.20; At 17.11; Gl 6.16; Fp 3.16; II Tm 1.13. **(8)** Lc 24.44,45; Mt 5.22,28,32,34,39; 17.5; 11.29,30; Jo 5.39, 40; Hb 1.1,2; Jo 1.1,2,14.

II - DEUS

O único Deus vivo e verdadeiro é espírito pessoal, eterno, infinito e imutável; é onipotente, onisciente, e onipresente; é perfeito em santidade; justiça, verdade e amor **(1)**. Ele é criador, sustentador, redentor, juiz e senhor da história e do universo, que governa pelo Seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com o seu eterno propósito e graça **(2)**. Deus é infinito em santidade e em todas as demais perfeições **(3)**. Por isso, a Ele devemos todo o amor, culto e obediência **(4)**. Em sua triunidade, o eterno Deus se revela como Pai, Filho e Espírito Santo, pessoas distintas mas sem divisão em sua essência **(5)**.

(1) Dt 6.4; Jr 10.1; Sl 139; I Co 8.16; I Tm 2.5,6; Ex 3.14; 6.2,3; Is 43.15; Mt 6.9; Jo 4.24; I Tm 1.17; Ml 3.6; Tg 1.17; I Pe 1.16,17. **(2)** Gn 1.1; 17.1; Ex. 15.11-18; Is 43.3; At 17.24-26; Ef 3.11; I Pe 1.17. **(3)** Ex 15.11; Is 6.2; Jó 34.10. **(4)** Mt 22.47; Jo 4.23,24; I Pe 1.15,16 **(5)** Mt 28.19; Mc 1.9-11; I Jo 5.7; Rm 15.30; II Co 13.13; Fp 3.3.

1. DEUS PAI

Deus, como Criador, manifesta disposição paternal para com todos os homens **(1)**. Historicamente Ele se revelou primeiro como Pai ao povo de Israel, que escolheu consoante os propósitos de sua graça **(2)**. Ele é o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, a quem enviou a este mundo para salvar os pecadores e deles fazer filhos por adoção **(3)**. Aqueles que aceitam Jesus Cristo e n'Ele crêem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo seu Espírito, e, assim, passam a tê-lo como Pai celestial, d'Ele recebendo proteção e disciplina **(4)**.

(1) Is 64.8; Mt 6.9; At 17.26-29; I Co 8.6; Hb 12.9. **(2)** Ex 4.22,23; Dt 32.6-18; Is 1.2,3; Jr 31.9. **(3)** Sl 2.7; Mt 3.17; Lc 1.35; Jo 1.12. **(4)** Mt 23.9; Jo 1.12,13; Rm 8.14-17; Gl 3.26; 4.4-7; Hb 12.6-11.

2. DEUS FILHO

Jesus Cristo, um em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus **(1)**. N'Ele, por Ele e para Ele, foram criadas todas as coisas **(2)**. Na plenitude dos tempos Ele se fez carne, na pessoa real e histórica de Jesus Cristo, gerado pelo Espírito Santo e nascido de Virgem Maria, sendo em sua pessoa verdadeiro Deus e verdadeiro homem **(3)**. Jesus é a imagem expressa do seu Pai, a revelação suprema de Deus ao homem **(4)**. Ele honrou e cumpriu plenamente a lei divina e obedeceu a toda a vontade de Deus **(5)**. Identificou-se perfeitamente com os homens, sofrendo o castigo e expiando as culpas de nossos pecados, conquanto Ele mesmo não tivesse pecado **(6)**. Para salvar-nos do pecado morreu na cruz, foi sepultado e ao terceiro dia ressurgiu dentre os mortos e, depois de aparecer muitas vezes a seus discípulos, ascendeu aos céus, onde, à destra do Pai, exerce o seu eterno Supremo Sacerdócio **(7)**. Jesus Cristo é o Único Mediador entre Deus e os homens e o Único suficiente Salvador e Senhor **(8)**. Pelo seu Espírito Ele está presente e habita no coração de cada crente e na Igreja **(9)**. Ele voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória, para julgar os homens e consumir sua obra redentora **(10)**.

(1) Sl 2.7; 110.1; Mt 1.18-23; 3-17; 8.29; 14.33; 16.16,27; 17.5; Mc 1.1; Lc 4.41; 22.70; Jo 1.1,2; 11.27; 14.7-11; 16.28. **(2)** Jo 1.3; I Co 8.6; Cl 1.16,17. **(3)** Is 7.14; Lc 1.35; Jo 1.14; Gl 4.4,5. **(4)** Jo 14.7-9; Mt 11.27; Jo 10.30, 38; 12.44-50; Cl 1.15-19; 2.9; Hb 1.3. **(5)** Is 53; Mt 5.17; Hb 5.7-10. **(6)** Rm 8.1-3; Fl 2,1-11; Hb 4.14,15; I Pe 2.21-25 **(7)** At 1.6-14; Jo 19.30,35; Mt 28.1-6; Lc 24.46; Jo 20.1-20; At 2.22-24; I Co 15.4-8. **(8)** Jo 14.6; At 4.12; I Tm 2.4,5; At 7.55,56; Hb 4.14-16; 10.19-23. **(9)** Mt 28.20; Jo 14.16,17; 15.26; 16.7; I Co 6.19. **(10)** At 1.11; I Co 15.24-28; I Ts 4.14-18; Tt 2.13.

3. DEUS ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo, um em essência com o Pai e com o Filho, é pessoa divina (1). É o Espírito da Verdade (2). Atuou na criação do mundo e inspirou os homens a escreverem as Sagradas Escrituras (3). Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade divina (4). No Dia de Pentecostes, em cumprimento final da profecia e das promessas quanto à descida do Espírito Santo, Ele se manifestou de maneira singular e irrepetível, quando os primeiros discípulos foram batizados no Espírito, passando a fazer parte do Corpo de Cristo que é Igreja. Suas outras manifestações, constantes no livro Atos, confirmam a evidência de universalidade do dom do Espírito Santo a todos os que crêem (5). O batismo no Espírito Santo sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à igreja (6). Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica (7). Convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (8), opera a regeneração do pecador perdido (9), sela o crente para o dia da redenção final (10), habita no crente (11), guia-o em toda a verdade (12), capacita-o para obedecer à vontade de Deus (13). Distribui dons aos filhos de Deus para a edificação do Corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo (14). Sua plenitude e seu fruto na vida do crente constituem condições para a vida cristã vitoriosa e testemunhante (15).

(1) Gên. 1:2; Jó 23:13; Sal. 51:11; 139:7-12; Is. 61:1-3; Luc. 4:18,19; João 4:24; 14:16,17; 15:26; Heb. 9:14; I João 5:6,7; Mat. 28:19 (2) João 16:13; 14:17; 15:26 (3) Gên.1:2; II Tim. 3:16; II Ped. 1:21 (4) Luc. 12:12; João 14:16,17,26; I Cor. 2:10-14; Heb. 9:8 (5) Joel 2:28-32; At. 1:5; 2:1-4; Luc. 24:29; At. 2:41; 8:14-17; 10:44-47; 19:5-7; I Cor. 12:12-15 (6) At. 2:38,39; I Cor. 12:12-15 (7) João 14:16,17; 16:13,14 (8) João 16:8-11 (9) João 3:5; Rom. 8:9-11 (10) Ef.4:30 (11) Rom. 8:9-11 (12) João 16:13 (13) Ef. 5:16-25 (14) I Cor. 12:7,11; Ef. 4:11-13 (15) Ef. 5:18-21; Gál. 5:22-23; At. 1:8

III - O HOMEM

Por um ato especial, o homem foi criado por Deus à sua imagem e conforme à sua semelhança e disso decorrem o seu valor e dignidade (1). Seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar (2). Seu espírito procede de Deus e para Ele retornará (3). O Criador ordenou que o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada (4). Criado para a glorificação de Deus (5), seu propósito é amar, conhecer e estar em comunhão com seu Criador, bem como cumprir sua divina vontade (6). Ser pessoal e espiritual, o homem tem capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectual e experimentalmente, a verdade revelada, e para tomar suas decisões em matéria religiosa, sem a mediação, interferência ou imposição de qualquer poder humano, seja civil ou religioso (7).

(1) Gên. 1:26-31; 18:22; 9:6; Sal. 8:1-9; Mat. 16:26 (2) Gên. 2:7; 3:19; Ecl. 3:20; 12:7 (3) Ecl. 12:7; Dan. 12:2,3 (4) Gên. 1:21; 2:1; Sal. 8:3-8 (5) At. 17:26-29; I João 1:3,6,7 (6) Jer. 9:23,24; Miq. 6:8; Mat. 6:33; João 14:23; Rom. 8:38,39 (7) João 1:4-13; 17:3; Ecl. 5:14; I Tim. 2:5; Jó 19:25,26; Jer. 31:3; At. 5:29; Ez. 18:20; Dan. 12:2; Mat. 25:32,46; João 5:29; I Cor. 15; I Tess. 4:16,17; Apoc. 20:11-30

IV - O PECADO

No princípio o homem vivia em estado de inocência e mantinha perfeita comunhão com Deus (1). Mas, cedendo à tentação de Satanás, num ato livre de desobediência contra seu Criador, o homem caiu no pecado e assim perdeu a comunhão com Deus e dele ficou separado (2). Em conseqüência da queda de nossos primeiros pais, todos somos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal (3). Todo pecado é cometido contra Deus, sua pessoa, sua vontade e sua lei (4). Mas o mal praticado pelo homem atinge também o seu próximo (5). O pecado maior consiste em não crer na pessoa de Cristo, o Filho de Deus, como Salvador pessoal (6). Como resultado do pecado, da incredulidade e da desobediência do homem contra Deus, ele está sujeito à morte e à condenação eterna, além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus (7). Separado de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e assim depende da graça de Deus para ser salvo (8).

(1) Gên. 2:15-17; 3:8-10; Ecl. 7:29 (2) Gên. 3; Rom. 5:12-19; Ef. 2:12; Rom. 3:23 (3) Gên. 3:12; Rom. 5:12; Sal. 51:15; Is. 53:6; Jer. 17:5; Rom. 1:18-27; 3:10-19; 7:14-25; Gál. 3:22; Ef. 2:1-3 (4) Sal. 51:4; Mat. 6:14,15; Rom. 8:22 (5) Mat. 6:14, 15; 18:21-35; I Cor. 8:12; Tiago 5:16 (6) João 3:36; 16:9; I João 5:10-12 (7) Rom. 5:12-19; 6:23; Ef. 2:5; Gên. 3:18; Rom. 8:22 (8) Rom. 3:20,23; Gál. 3:10,11; Ef. 2:8,9

V - SALVAÇÃO

A salvação é outorgada por Deus pela sua graça, mediante arrependimento do pecador e da sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor (1). O preço da redenção eterna do crente foi pago de uma vez por Jesus Cristo, pelo derramamento do seu sangue na cruz (2). A salvação é individual e significa a redenção do homem na inteireza do seu ser (3). É um dom gratuito que Deus oferece a todos os homens e que compreende a regeneração, a justificação, a santificação e a glorificação (4).

(1) Sal. 37:39; Is. 55:5; Sof. 3:17; Tito 2:9-11; Ef. 2:8,9; At. 15:11; 4:12 (2) Is. 53:4-6; I Ped. 1:18-25; I Cor. 6:20; Ef. 1:7; Apoc. 5:7-10 (3) Mat.16:24; Rom.10:13; I Tess. 5:23,24; Rom. 5:10 (4) Rom. 6:23; Heb. 2:1-4; João 3:14; I Cor. 1:30; At. 11:18

A **regeneração** é o ato inicial da salvação em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido, dele fazendo uma nova criatura em Cristo. É obra do Espírito Santo em que o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção como filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Nesse ato o novo crente é batizado no Espírito Santo, é por ele selado para o dia da redenção final, e é liberto do castigo eterno dos seus pecados (1). Há duas condições para o pecador ser regenerado; arrependimento e fé. O arrependimento implica em mudança radical do homem interior, por força do que ele se afasta do pecado e se volta para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade a ele por parte do pecador (2). Nessa experiência de conversão o homem perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz (3).

(1) Deut. 30:6; Ez. 36:26; João 3:3-5; I Ped. 1:3; Tiago 1:18; I Cor. 5:17; Ef. 4:20-24 (2) Tito 3:5; Rom. 8:2; João 1:11-13; Ef. 4:32; At. 11:17 (3) II Cor. 1:21,22; Ef. 4:30; Rom. 8:1; 6:22

A **justificação**, que ocorre simultaneamente com a regeneração, é o ato pelo qual Deus, considerando os méritos do sacrifício de Cristo, absolve, no perdão, o homem de seus pecados e o declara justo, capacitando-o para uma vida de retidão diante de Deus e de correção diante dos homens (1). Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem mas, por meio de sua fé em Cristo (2).

(1) Is. 53:11; Rom. 8:33; 3:24 (2) Rom. 5:1; At. 13:39; Mat. 9:6; II Cor. 5:31; I Cor. 1:30

A **santificação** é o processo que, principiando na regeneração, leva o homem à realização dos propósitos de Deus para a sua vida e o habilita a progredir em busca da perfeição moral e espiritual de Jesus Cristo, mediante a presença e o poder do Espírito Santo que nele habita (1). Ela ocorre na medida da dedicação do crente e se manifesta através de um caráter marcado pela presença e pelo fruto do Espírito, bem como por uma vida de testemunho fiel e serviço consagrado a Deus e ao próximo (2).

(1) João 17:17; I Tess. 4:3; 5:23; 4:7 (2) Prov. 4:18; Rom. 12:1,2; Fil. 2:12,13; II Cor. 7:1; 3:18; Heb. 12:14; Rom. 6:19; Gál. 5:22; Fil. 1:9-11

A **glorificação** é o ponto culminante da obra da salvação (1). É o estado final, permanente, da felicidade dos que são redimidos pelo sangue de Cristo (2).

(1) Rom. 8:30; II Ped.1:10,11; I João 3:2; Fil. 3:12; Heb. 6:11 (2) I Cor. 13:12; I Tess. 2:12; Apoc. 21:3,4

VI - ELEIÇÃO

Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito, mas segundo a riqueza da sua graça (1). Antes da criação do mundo, Deus, no exercício da sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação (2). Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens (3). A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão guardados pelo poder de Deus (4). Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus (5). O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do Espírito Santo asseguram aos salvos a permanência na graça da salvação (6).

(1) Gên. 12:1-3; Êx. 19:5,6; Ez. 36:22,23,32; I Ped. 1:2; Rom. 9:22-24; I Tess. 1:4 (2) Rom. 8:28-30; Ef. 1:3-14; II Tess. 2:13,14 (3) Deut. 30:15-20; João 15:16; Rom. 8:35-39; I Ped. 5:10 (4) João 3:16,36; João 10:28,29; I João 2:19 (5) Mat. 24:13; Rom. 8:35-39; I João 2:27-29; Jer. 32:40 (6) João 10:28; Rom. 8:35-39; Jud. 24; Ef. 4:30

VII - REINO DE DEUS

O reino de Deus é o domínio soberano e universal de Deus e é eterno (1). É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a ele se submetem pela fé, aceitando-o como Senhor e Rei. É, assim, o reino invisível nos corações regenerados, que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos (2). A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece, quando o mal será completamente vencido e surgido o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos com Deus (3).

(1) Dan. 2:37-44; Is. 9:6,7 (2) Mat. 4:17; Luc. 17:20; 4:43; João 18:36; 3:3-5; Mat. 6:33; I Ped. 2:9,10 (3) Mat. 25:31-46; I Cor. 15:24; Apoc. 11:15

VIII - IGREJA

Igreja é uma congregação local de pessoas regeneradas e batizadas após profissão de fé. É nesse sentido que a palavra “igreja” é empregada no maior número de vezes nos livros do Novo Testamento (1). Tais congregações são constituídas por livre vontade dessas pessoas com a finalidade de prestarem culto a Deus, observarem as ordenanças de Jesus, meditarem nos ensinamentos da Bíblia para a edificação mútua e para a propagação do evangelho (2). As igrejas neotestamentárias são autônomas, têm governo democrático, praticam a disciplina e se regem em todas as questões espirituais e doutrinárias exclusivamente pela Palavra de Deus, sob a orientação do Espírito Santo (3). Há nas igrejas, segundo as Escrituras, duas espécies de oficiais: pastores e diáconos. As igrejas devem relacionar-se com as demais igrejas da mesma fé e ordem e cooperar, voluntariamente, nas atividades do reino de Deus. O relacionamento com outras entidades, quer sejam de natureza eclesial ou outra, não deve envolver a violação da consciência ou comprometimento de lealdade a Cristo e sua Palavra. Cada igreja é um templo do Espírito Santo (4). Há também no Novo Testamento um outro sentido da palavra “igreja” em que ela aparece como a reunião universal dos remidos de todos os tempos, estabelecida por Jesus Cristo e sobre Ele edificada, constituindo-se no corpo espiritual do Senhor, do qual ele mesmo é a cabeça. Sua unidade é de natureza espiritual e se expressa pelo amor fraternal, pela harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do reino de Deus (5).

(1) Mat. 18:17; At. 5:11; 20:17,28; I Cor. 4:17; I Tim. 3:5; III João 9; I Cor. 1:2,10 (2) At.2:41,42 (3) Mat. 18:15-17 (4) At. 20:17,28; 6:3-6; 13:1-3; Tito 1:5-9; I Tim. 3:1-3; Fil. 1:1; I Cor. 3:16,17; At. 14:23; I Ped. 5:1-4 (5) Mat. 16:18; Col. 1:18; Heb. 12:22-24; Ef. 1:22,23; 3:8-11; 4:1-16; 5:22-32; João 10:16; Apoc. 21:2,3

IX - O BATISMO E A CEIA DO SENHOR

O Batismo e a Ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja estabelecidas pelo próprio Senhor Jesus Cristo, sendo ambas de natureza simbólica (1). O Batismo consiste na imersão do crente em água, após sua pública profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador único, suficiente e pessoal (2). Simboliza a morte e o sepultamento do velho homem e a ressurreição para uma nova vida em identificação com a morte, sepultamento e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e também prenúncio da ressurreição dos remidos (3). O Batismo, que é condição para ser membro de uma igreja, deve ser ministrado sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (4). A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: o pão e o vinho (5). Nesse memorial o pão representa o seu corpo dado por nós no Calvário e o vinho simboliza o seu sangue derramado (6). A Ceia do Senhor deve ser celebrada pelas igrejas até a volta de Cristo e sua celebração pressupõe o Batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes (7).

(1) Mat. 3:5,6,13-17; 26:26-30, 28:19; João 3:22,23; 4:1,2; I Cor. 11:20,23-30 (2) At. 2:41,42; 8:12,36-39; 10:47,48; 16:33, 18:8 (3) Rom. 6:3-5; Gál. 3:27; Col. 2:12; I Ped. 3:21 (4) Mat. 28:19; At. 2:38,41,42; 10:48 (5) e (6) Mat. 26:26-29; I Cor. 10:16,17-21; 11:23-29 (7) Mat. 26:29; I Cor. 11:26-28; At. 2:42; 20:4-8

X - O DIA DO SENHOR

O domingo, dia do Senhor, é o dia do descanso cristão, satisfazendo plenamente a exigência divina e a necessidade humana de um dia em sete para o repouso do corpo e do espírito (1). Com o advento do cristianismo, o primeiro dia da semana passou a ser o dia do Senhor, em virtude de haver Jesus ressuscitado nesse dia (2). Deve ser para os cristãos um dia de real repouso em que, pela freqüência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado à oração, à leitura bíblica e outras atividades religiosas eles estarão se preparando para “aquele descanso que resta para o povo de Deus” (3). Nesse dia os cristãos devem abster-se de todo trabalho secular, excetuado aquele que seja imprescindível e indispensável à vida da comunidade. Devem também abster-se de recreações que desviem a atenção das atividades espirituais (4).

(1) Gên. 2:3; Êx. 20:8-11; 31:14-17; Is. 58:13,14; Mat. 12:12; Heb. 4:4 (2) João 20:1,19,26; At. 20:7; Apoc. 1:10; I Cor. 16:1,2 (3) Heb. 4:9-11; Apoc. 14:12,13 (4) Êx. 20:8-11; 31:15; Jer. 17:21,22,27; Ez. 22:8; Mat. 12:12

XI - MINISTÉRIO DA PALAVRA

Todos os crentes foram chamados por Deus para a salvação, para o serviço cristão, para testemunhar de Jesus Cristo e promover o seu reino, na medida dos talentos e dos dons concedidos pelo Espírito Santo (1). Entretanto, Deus escolhe, chama e separa certos homens, de maneira especial, para o serviço distinto, definido e singular do ministério da sua palavra (2). O pregador da Palavra é um porta-voz de Deus entre os homens (3). Cabe-lhe missão semelhante àquela realizada pelos profetas do Velho Testamento e pelos apóstolos do Novo Testamento, tendo o próprio Jesus como exemplo e padrão supremo (4). A obra do porta-voz de Deus tem uma finalidade dupla: a de proclamar as boas-novas aos perdidos e a de apascentar os salvos (5). Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiência cristã (6). Esse ato solene de consagração é consumado quando os membros de um presbitério ou concílio de pastores, convocados pela igreja, impõe as mãos sobre o vocacionado (7). O ministro da Palavra deve dedicar-se totalmente à obra para a qual foi chamado, dependendo em tudo do próprio Deus (8). O pregador do evangelho deve viver do evangelho (9). Às igrejas cabe a responsabilidade de cuidar e sustentar adequada e dignamente seus pastores (10).

(1) Mat. 28:19,20; At. 1:8; Rom. 1:6,7; 8:28-30; Ef. 4:1,4; II Tim. 1:9; Heb. 9:15; I Ped.1:15; Apoc. 17:14 (2) Mar. 3:13,14; Luc. 1:2; At. 6:1-4; 13:2,3; 26:16-18; Rom. 1:1; I Cor. 12:28; II Cor. 2:17; Gál. 1:15-17; Ef. 4:11,12; Col. 1:21-26 (3) Êx. 4:11,12; Is. 6:5-9; Jer. 1:5-10; At. 20:24-28 (4) At. 26:19,20; João 13:12-15; Ef. 4:11-17 (5) Mat. 28:19,20; João 21:15-17; At. 20:24-28; I Cor. 1:21; Ef. 4:12-16 (6) At. 13:1-3; I Tim. 3:1-7 (7) At. 13:3; I Tim. 4:14 (8) At. 6:1-4; I Tim. 4:11-16; II Tim. 2:3,4; 4:2,5; I Ped. 5:1-3 (9) Mat. 10:9,10; Luc. 10:7; I Cor. 9:13,14; I Tim. 5:17,18 (10) II Cor. 8:1-7; Gál. 6:6; Fil. 4:14-18

XII - MORDOMIA

Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus como Criador, Senhor e Dono de todas as coisas (1). Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso devem os homens a Ele o que são e possuem e, também, o sustento (2). O crente pertence a Deus porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo (3). Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, do tempo, dos bens, da influência, das oportunidades, da personalidade, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confia em seu infinito amor, providência e sabedoria (4). Cabe ao crente o dever de viver e comunicar ao mundo o evangelho que recebeu de Deus (5). As Escrituras Sagradas ensinam que o plano específico de Deus para o sustento financeiro de sua causa consiste na entrega pelos crentes de dízimos e ofertas alçadas (6). Devem eles trazer à igreja sua contribuição sistemática e proporcional com alegria e liberalidade, para o sustento do ministério, das obras de evangelização, beneficência e outras (7).

(1) Gên. 1:1; 14:17-20; Sal. 24:1; Ecl. 11:9; I Cor. 10:26 (2) Gên. 14:20; Deut. 8:18; I Crôn. 29:14-16; Tiago 1:17; II Cor. 8:5 (3) Gên. 1:27; At. 17:28; I Cor. 6:19,20; Tiago 1:21; I Ped. 1:18-21 (4) Mat. 25:14-30; 31-46 (5) Rom. 1:14; I Cor. 9:16; Fil. 2:16 (6) Gên. 14:20; Lev. 27:30; Prov. 3:9,10; Mal. 3:8-12; Mat. 23:26 (7) At. 11:27-30; I Cor. 16:1-3; II Cor. 8:1-15; Fil. 4:10-18

XIII - EVANGELIZAÇÃO E MISSÕES

A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando a reconciliação do homem com Deus (1). É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e de todas as igrejas proclamar , pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do evangelho, procurando fazer novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações, cabendo às igrejas batizá-los e ensiná-los a observar todas as coisas que Jesus ordenou (2). A responsabilidade da evangelização estende-se até aos confins da terra e por isso as igrejas devem promover a obra de missões, rogando sempre ao Senhor que envie obreiros para a sua seara (3).

(1) Mat. 28:19,20; João 17:20; 20:21; At. 1:8; 13:2,3; Rom. 1:16; 10:13-15; II Cor. 5:18-20; I Tess. 1:8; I Ped. 2:9,10 (2) Mat. 28:18-20; Luc. 24:46-49; João 17:20; At. 1:8 (3) Mat. 28:19; At. 1:8; Rom. 10:13-15

XIV - EDUCAÇÃO RELIGIOSA

O ministério docente da igreja, sob a égide do Espírito Santo, compreende o relacionamento de Mestre e discípulo, entre Jesus Cristo e o crente (1). A Palavra de Deus é o conteúdo essencial e fundamental nesse processo e no programa de aprendizagem cristã (2). O programa de educação religiosa nas igrejas é necessário para a instrução e o desenvolvimento de seus membros, a fim de “crescerem em tudo naquele que é a cabeça, Cristo”. Às igrejas cabe cuidar do doutrinamento adequado dos crentes, visando sua formação e desenvolvimento espiritual, moral e eclesial, bem como motivação e capacitação sua para o serviço cristão e o desempenho de suas tarefas no cumprimento da missão da igreja no mundo (3).

(1) Mat. 11:29,30; 23:10; João 13:14-17 (2) João 14:26; I Cor. 3:1,2; II Tim. 2:15; I Ped. 2:2,3; 3:15; II Ped. 3:18 (3) Sal. 119; II Tim. 3:16,17; 4:2-5; Col. 1:28; Mat. 28:19,20; At. 2:42; Ef. 4:11-16; 6:10-20; Fil. 4:8,9; II Tim. 2:2

XV - LIBERDADE RELIGIOSA

Deus e somente Deus é o Senhor da consciência (1). A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual (2). Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de qualquer poder humano (3). Cada pessoa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie (4). A Igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções (5). É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo (6). O Estado deve ser leigo e a Igreja livre. Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus (7).

(1) Gên. 1:27; 2:7; Sal. 9:7,8; Mat. 10:28; 23:10; Rom. 14:4; 9,13; Tiago 4:12; I Ped.2:26; 3:11-17
(2) Jos. 24:15; I Ped. 2:15,16; Luc. 20:25 (3) Dan. 3:15-18; Luc. 20:25; At. 4:9-20; 5:29 (4) Dan. 3:16-18; 6; At. 19:35-41 (5) Mat. 22:21; Rom. 13:1-7 (6) At. 19:34-41 (7) Dan. 3:16-18; 6:7-10; Mat. 17:27; At. 4:18-20; 5:29; Rom. 13:1-7; I Tim.2:1-3; Tito 3:1; I Ped. 2:13-17

XVI - ORDEM SOCIAL

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive (1). Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem d evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do evangelho na vida individual e coletiva (2). Todavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciões, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiça e opressões (3). Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento (4).

(1) Mat. 5:13-16; João 12:35,36; Fil. 2:15 (2) Mat. 6:33; 25:31-46; Mar. 6:37; Luc. 10:29-37; 19:8,9; João 6:26-29; At. 16: 31-35; Mat. 28:19 (3) Êx. 22:21,22; Sal. 82: 3,4; Ecl. 11:1,2; Miq. 6:8; Zac. 7:10 (4) Is. 1:16-20; Miq. 6:8; Mat. 5:9; Luc. 3:10-14; At.4:32-35; II Tim.2:24; Filem.; Tiago 1:27

XVII - FAMÍLIA

A família, criada por Deus para o bem do homem, é a primeira instituição da sociedade. Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal (1). O propósito imediato da família é glorificar a Deus e prover a satisfação das necessidades humanas de comunhão, educação, companheirismo, segurança, preservação da espécie e bem assim o perfeito ajustamento da pessoa humana em todas as suas dimensões (2). Caída em virtude do pecado, Deus provê para ela, mediante a fé em Cristo, a bênção da salvação temporal e eterna, e quando salva poderá cumprir seus fins temporais e promover a glória de Deus (3).

(1) Gên. 1:27; 2:18-25; Jos. 24:15; I Reis 2:1-3; Mal. 2:15; Mar. 10:7-9,13-16; Ef. 5:22-33; 6:1-4; Col. 3:18-25; I Tim. 3:4-8; Heb. 13:4; I Ped. 3:1-7 (2) Gên. 1:28; 2:18-25; Sal. 127:1-5; Ecl. 4:9-13 (3) At. 16:31,34

XVIII - MORTE

Todos os homens são marcados pela finitude, de vez que, em conseqüência do pecado, a morte se estende a todos (1). A Palavra de Deus assegura a continuidade da consciência e da identidade pessoais após a morte, bem como a necessidade de todos os homens aceitarem a graça de Deus em Cristo enquanto estão neste mundo (2). Com a morte está o destino eterno de cada homem (3).

Pela fé nos méritos do sacrifício substitutivo de Cristo na cruz, a morte do crente deixa de ser tragédia, pois ela o transporta para um estado de completa e constante felicidade na presença de Deus. A esse estado de felicidade as Escrituras chamam “dormir no Senhor” (4). Os incrédulos e impenitentes entram, a partir da morte, num estado de separação definitiva de Deus (5). Na Palavra de Deus encontramos claramente expressa a proibição divina da busca de contato com os mortos, bem como a negação da eficácia de atos religiosos com relação aos que já morreram (6).

(1) Rom. 5:12; 6; I Cor. 15:21,26; Heb. 9:27; Tiago 4:14 (2) Luc. 16:19-31; Heb. 9:27 (3) Luc. 16:19-31; 23:39-46; Heb. 9:27 (4) Rom. 5:6-11; 14:7-9; I Cor. 15:18-20; II Cor. 5:14,15; Fil. 1:21-23; I Tess. 4:13-17; 5:10; II Tim. 2:11; I Ped. 3:18; Apoc. 14:13 (5) Luc. 16:19-31; João 5:28,29 (6) Êx. 22:18; Lev. 19:31; 20:6,27; Deut. 18:10; I Crôn. 10:13; Is. 8:19;38:18; João 3:18; 3:36; Heb. 3:13

XIX - JUSTOS E ÍMPIOS

Deus, no exercício de sua soberania, está conduzindo o mundo e a história a seu termo final (1). Em cumprimento à sua promessa, Jesus Cristo voltará a este mundo, pessoal e visivelmente, em grande poder e glória (2). Os mortos em Cristo serão ressuscitados e os crentes ainda vivos juntamente com eles serão transformados, arrebatados e se unirão ao Senhor (3). Os mortos sem Cristo também ressuscitados (4). Conquanto os crentes já estejam justificados pela fé, todos os homens comparecerão perante o tribunal de Jesus Cristo para serem julgados, cada um segundo suas obras, pois através destas é que se manifestam os frutos da fé ou os da incredulidade (5). Os ímpios condenados e destinados ao inferno lá sofrerão o castigo eterno, separados de Deus (6). Os justos, com os corpos glorificados, receberão seus galardões e habitarão para sempre no céu, com o Senhor (7).

(1) Mat. 13:39,40; 28:20; At. 3:21; I Cor. 15:24-28; Ef. 1:10; II Ped. 3:10 (2) Mat. 16:27; 24:27-31; 26:64; Mar. 8:38; Luc. 17:24; 21:27; At. 1:11; I Tess. 4:16; I Tim. 6:14,15; II Tim. 4:1,8; Tito 2:13; Heb. 9:28; Apoc. 1:7 (3) Dan. 12:2,3; João 5:28,29; 6:39,40,44; 11:25,26; Rom.8:23; I Cor. 15:12-58; Fil. 3:20,21; Col. 3:4; I Tess. 4:14-17 (4) Dan. 12:2; João 5:28,29; At. 24:15; I Cor. 15:12-24 (5) Mat. 13:49,50; 25:14-46; At. 10:42; I Cor. 4:5; II Cor. 5:10; II Tim.4:1; Heb. 9:27; II Ped. 2:9; 3:7; I João 4:17; Apoc. 20:11-15; 22:11,12 (6) Dan. 12:2,3; Mat.16:27; 18:8,9; 25:41-46; Mar.9:43-48; Luc. 16:26-31; João 5:28,29; Rom. 6:22,23; I Cor. 6:9,10; I Tess. 1:9; Apoc. 20:11-15 (7) Dan. 12:2,3; Mat. 16:27; 25:31-40; Luc. 14:14; 16:22,23; João 5:28,29; 14:1-3; Rom. 6:22,23; I Cor. 15:42-44; Apoc. 22:11,12

O QUE É UMA IGREJA COM PROPÓSITOS?

É uma abordagem bíblica, muito simples que auxilia uma equipe de liderança a estabelecer o intento e o plano de Deus para Sua igreja local, seguindo um processo bíblicamente fundamentado. Essa estratégia dá a todos um foco comum, uma compreensão e linguagem bíblicas para que saibam como o crescimento individual pode estar conectado ao crescimento geral da igreja.

Os modelos estratégicos e as diretrizes da Igreja com Propósitos levam os líderes a:

- Estabelecer ou restabelecer os propósitos centrais de igreja cristã,
- Planejar um processo intencional de discipulado,
- Estabelecer uma perspectiva “de fora para dentro” para o crescimento espiritual e evangelismo.

Essencialmente, a abordagem de uma Igreja com Propósitos provê uma compreensão comum ao pastor e à sua equipe, habilitando-os a descobrirem o que é necessário para o estabelecimento e manutenção de um alicerce bíblico, equilibrado e saudável para a igreja.

A BASE BÍBLICA DE UMA IGREJA COM PROPÓSITOS

Uma Igreja com Propósitos é aquela que está baseada nos princípios fundamentais da Bíblia, como o Grande Mandamento e a Grande Comissão.

O Grande Mandamento foi dado por Jesus em resposta a uma pergunta. Um dia, pediram que Jesus identificasse o mandamento mais importante. Ele respondeu dizendo: “Aqui está todo o Velho Testamento em uma declaração. Eu vou dar a vocês o resumo da Palavra de Deus. Toda a Lei e os Profetas podem ser condensados em duas tarefas: Amar a Deus de todo o seu coração e ao próximo como a si mesmo.”

Mais tarde, em uma de suas últimas instruções aos seus discípulos, Jesus deu-lhes a Grande Comissão e entregou-lhes mais três tarefas: Ir fazer discípulos, batizá-los e ensiná-los a obedecer tudo quanto ele tinha ensinado.

Juntas, estas duas passagens resumem os cinco propósitos de uma igreja bíblica:

- **Adoração:** Amarás ao Senhor de todo o teu coração.
- **Ministério:** Amarás ao teu próximo como a ti mesmo.
- **Evangelismo:** Ide, fazei discípulos.
- **Comunhão:** Batizando-os.
- **Discipulado:** Ensinando-os a obedecer.

Uma Igreja com Propósitos equilibra os seus programas e estrutura em torno desses propósitos. Ela é saudável, equilibrada, crescente e reprodutiva.

O Grande Mandamento: Mateus: 22.37-40 - Respondeu Jesus: “Ame o Senhor, o seu Deus de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento. Este é o primeiro e maior mandamento. E o segundo é semelhante a ele: Ame o seu próximo como a si mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas.”

A Grande Comissão: Mateus 28.19-20 - “Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, ensinando-os a observar todas as coisas que vos tenho mandado.”

O PROCESSO DE UMA ICP (Igreja Com Propósitos)

Não é suficiente identificar os propósitos ou escrever a declaração de missão a fim de ser eficiente. Igrejas e plantadores de igrejas precisam ter um processo intencional para conectar os membros aos cinco propósitos bíblicos, a fim de que eles se tornem discípulos que se reproduzem saudavelmente.

Tão logo você começa um ministério público, pessoas se relacionam com o seu ministério sob cinco perspectivas diferentes. Estes níveis de compromisso podem ser vistos como uma série de círculos concêntricos:

Comunidade - Aqueles vivendo em torno de sua igreja que nunca participam, ou raramente participam, da vida de sua igreja.

Multidão - Aqueles que participam regularmente, mas ainda não são membros.

Congregação - Aqueles que já foram batizados e estão comprometidos com ambos: Cristo e a membresia em sua família-igreja.

Comprometidos - Aqueles membros que levam à sério a questão de crescer em direção à maturidade espiritual.

Núcleo - Aqueles membros que servem ativamente a igreja através de um ministério.

Cada grupo tem necessidades singulares, motivos, problemas e POTENCIAL!

UM PROCESSO SIMPLES

Todo o foco de Igreja Com Propósitos visa mover pessoas sem igreja e membros sem compromisso à tornarem-se discípulos que cumprem seu ministério na igreja, assim como sua missão de vida no mundo.

Este processo conduz uma pessoa a cada estágio espiritual do caminho para tornar-se um discípulo reproduzidor. Este processo é baseado em princípios de tal maneira que, igrejas, independentemente do tamanho ou denominação, podem usá-lo.

Os estágios neste caminho são...

COMUNHÃO - Através de um processo abrangente visando alcançar para Cristo os que não freqüentam uma igreja e assimilá-los em sua congregação.

DISCIPULADO - Através de um processo para avaliar o crescimento espiritual do seu povo e conduzi-los em direção à maturidade espiritual.

MINISTÉRIO - Através de um processo para equipar e capacitar seu povo para o serviço ajudando-os a identificar o modo singular como foram criados para realizarem o ministério.

EVANGELISMO / MISSÕES - Através de um processo para arrolar seu povo em uma missão global de compartilhar a Cristo.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DE UMA IGREJA DIRIGIDA POR PROPÓSITOS

Ela têm uma Declaração de Propósito que descreve (em suas próprias palavras e realidade local) o compromisso de edificar uma igreja em torno dos cinco propósitos do Novo Testamento: Adoração, evangelismo, comunhão, discipulado e ministério.

Elas são organizadas em torno de uma Estrutura com Propósito que as assegura equilíbrio e enfatiza igualmente todos os cinco propósitos do Novo Testamento para a igreja. ICPs são baseadas em equipes ao invés de uma estrutura hierárquica. Elas são organizadas em torno de equipes com propósito (pelo menos 5, uma para cada propósito) compostas de líderes leigos e pastores, com cada equipe responsável por um propósito específico e um grupo alvo (tal como a comunidade, a multidão, a congregação, os comprometidos, e o núcleo).

Elas programam com propósito. Elas têm pelo menos um programa para cumprir cada um dos cinco propósitos e cada um dos seus grupos de apoio. Elas evangelizam a comunidade, reúnem a multidão para adoração, têm comunhão na congregação, discipulam os comprometidos, e equipam o núcleo para o ministério.

O pastor prega com propósito. Ele planeja suas mensagens e séries para assegurar que a congregação receba ênfase equilibrada em cada um dos propósitos, além de temas da realidade de cada membro ou freqüentador / convidado.

Elas constroem com propósito. Edifícios são vistos como ferramentas de ministério, não monumentos. Eles devem servir aos propósitos, e nunca se tornar mais importantes do que os propósitos.

Elas avaliam com propósito. Elas freqüentemente se perguntam: Será que estamos mantendo todos os 5 propósitos em equilíbrio? Perguntas como: Existe um modo melhor de se cumprir cada propósito? Precisam ser freqüentemente feitas.

A maioria da ICPs são edificadas de fora para dentro, ao invés da maneira tradicional de dentro para fora. É muito mais fácil transformar uma multidão em um núcleo, do que transformar um núcleo numa multidão. Você edifica um ministério multi-dimensional saudável concentrando-se em um nível de compromisso de cada vez.

SETE MITOS SOBRE IGREJAS COM PROPÓSITOS

- 1. Ela é apenas para uma “Audiência Contemporânea”**
Ser uma igreja com propósitos não tem a ver com o ser uma igreja contemporânea, mas, sim, em ser bíblica e eterna. Os 5 propósitos da igreja como foram dados por Jesus Cristo no Grande Mandamento e na Grande Comissão são eternos e nunca ficam fora de moda. Eles não são uma questão de gosto ou preferência pessoal. Qualquer igreja que deixa de cumprir os propósitos que Jesus estabeleceu para a igreja, não é realmente uma igreja!
- 2. Síndrome do “Isso Não Funciona Aqui”**
Há literalmente uma variedade de milhares de Igrejas com Propósito (ICP): ICP Pós-moderna; ICP étnica, PCP de grupo lingüístico; e até mesmo para sertanejos, solteiros, artistas e surfistas. Há ICP para construtores, ICP para a “Geração X” e até mesmo para Geração Milênio. E elas estão localizadas em toda a parte ao redor do mundo em mais de 100 países.
- 3. É uma Abordagem “Sensível ao Não Crente”**
ICPs são comprometidas com o propósito do evangelismo, (um dos 5 propósitos Bíblicos), não com algum método particular ou tipo de culto. Milhares de ICPs NÃO têm culto para pessoas que estão sondando o evangelho. Elas fazem evangelismo em muitos outros formatos diferentes.
- 4. “Ela Não é do Meu Estilo de Adoração”**
Não importa se o seu estilo de adoração é litúrgico, tradicional, contemporâneo, sertanejo, carismático ou informal. O que importa é que o seu estilo de adoração combine com as pessoas a quem você está tentando alcançar na comunidade.
- 5. “Isso Serve Somente Para Igrejas Grandes”**
ICPs existem em todos os tamanhos e formas. A estratégia da ICP concentra-se em equilíbrio, saúde e força, não tamanho ou forma. Não há nenhuma correlação entre o tamanho e a força de uma igreja. ICP é uma ênfase em saúde da igreja, não um programa para igrejas gigantes.
- 6. “Só Funciona Num Local Que...”**
ICPs são encontradas em todos os tipos de locais: em áreas rurais, pequenas cidades, áreas de subúrbio, áreas urbanas e centros de cidades. Como mencionamos anteriormente, existem ICPs estão em todos os lugares ao redor do mundo.
- 7. “ICP Precisa Ser Aprovada Pela Denominação”**
ICPs existem em mais de 100 denominações e associações de igrejas, igrejas locais independentes ou denominacionais, isto não importa.

O QUE A BÍBLIA DECLARA SOBRE O DÍZIMO

Todo cristão deve ter consciência de que ele não dá o dízimo, mas sim devolve! A Bíblia declara em Salmos 24:1 “Ao SENHOR Deus pertencem o mundo e tudo o que nele existe; a terra e todos os seres vivos que nela vivem são dele.”

Deus diz que quando não damos os dízimos e ofertas, estamos roubando-Lhe. Está na Bíblia em Malaquias 3:8 “Eu pergunto: *“Pode um homem roubar de Deus? Contudo vocês estão me roubando. E ainda perguntam: ‘Como é que te roubamos?’ Nos dízimos e nas ofertas.”*

O cristão deve dizimar em espírito de adoração devolvendo a Deus parte do que recebeu de melhor; para os fiéis Ele estabelece a promessa em Provérbios 3:9-10 *“Honre o Senhor com todos os seus recursos e com os primeiros frutos de todas as suas plantações; os seus celeiros ficarão plenamente cheios, e os seus barris transbordarão de vinho.”*

Dizimar é um compromisso de fidelidade e um compromisso com a nossa descendência. A Bíblia afirma em Deuteronômio 14:22-23 *“Separem o dízimo de tudo o que a terra produzir anualmente. Comam o dízimo do cereal, do vinho novo e do azeite, e a primeira cria de todos os seus rebanhos na presença do SENHOR, o seu Deus, no local que ele escolher como habitação do seu Nome, para que aprendam a temer sempre o SENHOR, o seu Deus.”*

O cristão deve ter consciência de que precisa dizimar e de qual é a orientação caso tome para si alguma parte do que é do Senhor. Levítico 27:30-31 declara: *“Todos os dízimos da terra, seja dos cereais, seja das frutas, pertencem ao SENHOR; são consagrados ao SENHOR. Se um homem desejar resgatar parte do seu dízimo, terá que acrescentar um quinto ao seu valor.”*

Jesus Cristo nos ensinou que deve haver obediência aos outros preceitos importantes, mas no tocante ao dízimo, Ele diz que não devemos nem podemos deixá-lo de lado. Em Mateus 23:23 Jesus afirma: *“Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês dão o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas têm negligenciado os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade. Vocês devem praticar estas coisas, sem omitir aquelas.”*

Paulo ensinou que o sustento do ministério da Igreja depende dos dízimos e das ofertas.

Em 1 Coríntios 9:13-14 ele ensina dizendo: *“Vocês não sabem que aqueles que trabalham no templo alimentam-se das coisas do templo, e que os que servem diante do altar participam do que é oferecido no altar? Da mesma forma, o Senhor ordenou àqueles que pregam o evangelho, que vivam do evangelho.”*

Deus se agrada de que honremos a Ele e Lhe ofertemos. O Salmo 96:8 declara: *“Dêem ao Senhor a glória devida ao seu nome, e entrem nos seus átrios trazendo ofertas.”*

Deus ordena que Lhe entreguemos o dízimo para o sustento da sua casa, e por nossa fidelidade promete bênçãos. Está em Malaquias 3:10 *“Tragam o dízimo todo ao depósito do templo, para que haja alimento em minha casa. Ponham-me à prova”, diz o SENHOR dos Exércitos, “e vejam se não vou abrir as comportas dos céus e derramar sobre vocês tantas bênçãos que nem terão onde guardá-las.”*

De o dízimo e as ofertas alçadas com alegria como quem quer agradar a Deus e aplique as bênçãos decorridas em obras para o reino de Deus. Ele, o Senhor, ensina assim através de Paulo escrevendo aos Coríntios, Segunda carta, capítulo 9:7-8 *“Cada um dê conforme determinou em seu coração, não com pesar ou por obrigação, pois Deus ama quem dá com alegria. E Deus é poderoso para fazer que lhes seja acrescentada toda a graça, para que em todas as coisas, em todo o tempo, tendo tudo o que é necessário, vocês transbordem em toda boa obra.”*

Deus nos diz que o que devemos devolver deve ser proporcional ao que recebemos. Está na Palavra em Deuteronômio 16:17 *“cada um de vocês trará uma dádiva conforme as bênçãos recebidas do SENHOR, o seu Deus.”*

Ser dizimista, exercício de: obediência, fidelidade, amor e submissão ao Senhor e Sua Palavra. Vale a pena ser... você é?

MANUAL DO PARTICIPANTE DAS CELEBRAÇÕES

“Minha casa será chamada Casa de Oração” *“Escrevo-te estas coisas ... para que ... saibas como se deve proceder na Casa de Deus...”* I Timóteo 3:14-15

01. Procure chegar a igreja antes do início das celebrações, pelo menos vinte minutos. Se você for participar ativamente da celebração cantando, tocando, ou cumprido alguma escala de serviço, como som - iluminação - multimídia ou imagem, chegue com 30 a 60 minutos de antecedência para organizar seu trabalho e estar tudo em condições para não haver atrasos no início das celebrações.
02. Sempre que possível estacione seu automóvel no estacionamento conveniado com a igreja. Isso garante tranquilidade, segurança e facilidade de acesso aos que chegarem para as celebrações depois que você, e aos que não sabem desta comodidade e usarão a via pública para estacionar.
03. Nunca espere a celebração começar para entrar no templo.
04. Ao entrar no templo, procure estar com as pessoas que chegaram antes de você. Cumprimente-as carinhosamente, particularmente aos convidados não membros da igreja.
05. Evite mudar de um lugar para outro depois que se acomodar para a celebração.
06. Procure não sentar nas extremidades de um banco desocupado, de maneira a impedir a entrada de outras pessoas que ali queiram se acomodar e que cheguem depois de você.
07. Evite também lugares afastados. Deixe os últimos bancos desocupados para que neles os introdutores possam acomodar os que vão chegando ao longo das celebrações com o mínimo de dificuldade.
08. Sente-se com descrição, particularmente se você estiver no primeiro bando. Não deprede com os pés o banco dianteiro; não cole chicletes na parte de baixo dos assentos e não jogue papel de balas ou outros no chão.
09. Evite entrar ou sair do templo durante uma oração ou leitura bíblica.
10. Procure sempre seguir as orientações dos introdutores e recepcionistas da Igreja. Eles sempre procurarão acomodar você no melhor lugar possível.
11. Evite falar, mascar chicletes ou balas durante as celebrações.
12. Procure ainda não ler revistas ou jornais, nem qualquer outra coisa durante a celebração.
13. Sempre que possível evite sair do templo antes do fim das celebrações a não ser por motivo absolutamente inevitável.
14. Não fique conversando na entrada ou dependências do templo uma vez iniciado a celebração. Isso prejudica o culto e é mau exemplo.
14. Não se esqueça de que a sua contribuição ou oferta deve ser um ato de adoração a Deus. Traga-a ao altar do Senhor com reverência, amor, alegria e oração.
15. Sempre celebre ao Senhor louvor e adoração espontânea e sincera, pois foi para isso também que você veio a igreja.
16. Procure estar o máximo possível atento a celebração da Palavra. O pregador é o servo de Deus ungido pelo Espírito Santo como mensageiro Seu naquela celebração. Olhe para o pregador.

17. Ore a Deus pelo pregador, pelos sem Cristo, pelo bem-estar espiritual de todos os presentes, pela presença e direção do Espírito Santo na celebração e na Igreja.
18. Se você estiver com crianças de colo ou pequenas, lembre-se que nossa igreja mantém um espaço para eles, os pequeninos, no térreo. Lá eles estarão seguros e confortáveis, tanto no berçário quanto na área para os maiores, deixando você e seus acompanhantes a vontade para participar plenamente da celebração.
19. Nunca permaneça no espaço reservado para as crianças, quer seja o berçário ou espaço dos maiores, a não ser que você esteja na escala de serviço naquele setor, ou sua presença seja necessária para um atendimento momentâneo ao pequenino (a).
20. Procure vestir-se para vir as celebrações levando em conta que você está numa igreja, casa do Senhor; portanto seja sóbrio e cuidadoso com suas roupas, particularmente se você vai participar ativamente da celebração ministrando adoração, cantando, tocando ou de outra forma direta.
21. Se a pessoa ao seu lado estiver sem uma bíblia, compartilhe a sua; seja gentil e cordial.
22. Procure sempre que possível, acompanhar o regente da congregação, evitando assim o cântico desencontrado dos hinos de louvor a Deus.
23. A leitura da Bíblia deve merecer a sua reverente e concentrada atenção.
24. Se você trazer um convidado apresente-o a outras pessoas da igreja e se possível, ao próprio pastor.
25. Terminando a celebração, evite sair apressadamente; muitas pessoas desejam receber seu sorriso, abraço e carinho; muitas pessoas querem conversar com você e conhecê-lo melhor. Por isso procure dar atenção a todos, não somente aos que estão a sua volta. Convide outros para que venham com você ao nosso espaço de comunhão, a cantina da igreja. Nunca se esqueça que mais que uma igreja, somos uma família.

ESTATUTO DA IGREJA BATISTA BETEL

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

Artigo 1º - A Igreja Batista Betel, com sede na Rua Xingu, 713 - Valparaíso, e foro na cidade de Santo André, doravante denominada Igreja, é uma associação civil de caráter religioso com fins não econômicos, fundada em 07 de novembro de 1970, por tempo indeterminado e número ilimitado de membros.

Artigo 2º - A Igreja reconhece e proclama Jesus Cristo como seu único Salvador e Senhor, aceita a Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática e adota a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

Artigo 3º - A Igreja tem as seguintes finalidades:

- I. reunir-se, regularmente, para prestar culto a Deus e proclamar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo;
- II. estudar as Sagradas Escrituras, visando o doutrinamento e à edificação espiritual de seus membros;
- III. cultivar a comunhão, o bom relacionamento e a fraternidade cristã;
- IV. promover, pelos meios adequados, a causa da ação social cristã;

- V. cooperar com as igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira;
- VI. cooperar com a Convenção Batista do Estado de São Paulo, doravante denominada Convenção, e com a Convenção Batista Brasileira, na realização dos seus fins;
- VII. promover, por todos os meios ao seu alcance, o estabelecimento do Reino de Deus no mundo;
- VIII. Cultivar a fraternidade e a cooperação com as outras Igrejas Batistas da mesma fé e ordem em toda a parte, e manter boas relações com outras denominações evangélicas, quando para isso não seja necessário desobedecer a qualquer preceito da Bíblia nem ofender a consciência dos membros da Igreja.

Artigo 4º - A Igreja é autônoma e soberana em suas decisões, não estando sujeita a qualquer outra Igreja, instituição ou autoridade denominacional.

Artigo 5º - A Igreja poderá criar associações a ela vinculadas, com personalidade jurídica própria, para desenvolver atividades específicas, dentro do seu programa de trabalho.

Parágrafo Único - O pastor da igreja será sempre o presidente ex-ofício em todas as associações a ela vinculada.

CAPÍTULO II DOS MEMBROS DA IGREJA, ADMISSÃO, TRANSFERÊNCIA E DESLIGAMENTO

Artigo 6º - A Igreja é constituída em seu rol de membros, de pessoas civilmente capazes, relativamente incapazes e absolutamente incapazes, nos termos da legislação civil vigente, que professam a sua fé em Jesus Cristo, como único Salvador e Senhor, e aceitam as doutrinas bíblicas por ela defendidas e ensinadas, conforme o disposto no Artigo 2º.

Artigo 7º - São considerados membros da Igreja, sem distinção de raça, profissão ou nacionalidade e de ambos os sexos, as pessoas recebidas por decisão da Assembléia Geral, da forma que segue:

- I. pública profissão de fé seguida de batismo;
- II. carta de transferência de outras igrejas da mesma fé e ordem;
- III. reconciliação, devidamente solicitada quando for comprovado que cessou a razão que motivou a demissão ou exclusão;
- IV. aclamação, precedida de testemunho e compromisso.

§ 1º - Não será admitido como membro àquele que não for aceito pela igreja por decisão de maioria de votos dos membros presentes a Assembléia Geral.

§ 2º - Somente será admitido como membro da Igreja aquele que solicitar por escrito o seu pedido de ingresso, mediante preenchimento e assinatura de formulário próprio onde conste os dados pessoais, declaração que afirme conhecer e aceitar os termos deste Estatuto, o Regimento Interno, a Declaração Doutrinária adotada pela igreja, os princípios, as doutrinas, as práticas batistas e a disciplina da igreja, definidas por ela em suas decisões, mediante parecer favorável da Comissão de membros, eleita anualmente pela igreja e com suas prerrogativas e função descritas no Manual Eclesiástico.

§ 3º - O membro não poderá ser representado por procuração, pois sua vinculação com a Igreja obedece aos princípios de fé e exige convicção pessoal e conduta compatível com os ensinamentos extraídos da Bíblia, ministrados pela Igreja aos seus membros.

§ 4º - Casos especiais não constantes neste artigo serão decididos pela Igreja em Assembléia Geral.

§ 5º - Serão admitidos como membros os absolutamente incapazes e os relativamente incapazes quando assistidos pelos seus pais ou responsáveis, nos termos da lei;

§ 6º - Poderão ser admitidos como membros através de assinatura a rogo, aqueles que não puderem assinar por ser portador de deficiência física ou por ser analfabeto termos da lei.

Artigo 8º - Perderá a condição de membro da Igreja aquele que for desligado, por decisão da Assembléia Geral, nas seguintes hipóteses:

- I. infringir os princípios éticos, morais e da boa conduta, defendidos pela Igreja, com fundamento nas Sagradas Escrituras;
- II. defender e professar doutrinas ou práticas que contrariem a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira;
- III. ausentar-se dos cultos e deixar de participar das atividades eclesiais, por tempo julgado suficiente para caracterizar abandono e desinteresse pela Igreja e a obra que realiza;
- IV. solicitar desligamento;
- V. transferir-se para outra Igreja;
- VI. Proceder na sua vida pública ou particular de maneira contrária aos ensinamentos, princípios e a moral do Evangelho de Jesus Cristo;
- VII. Ou outros motivos, a juízo da Igreja decididos em Assembléia.

§ 1º - A Assembléia deliberará sobre o desligamento de qualquer membro, mediante parecer, devidamente fundamentado, da Comissão de Membros.

§ 2º - Quando, de qualquer modo, o membro da Igreja se julgar injustiçado, terá amplo direito de defesa.

§ 3º - Sob qualquer alegação, nenhum direito poderá ser reivindicado por aquele que deixar de ser membro da Igreja.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS

Artigo 9º - São direitos dos membros:

- I. participar das atividades da Igreja;
- II. participar das Assembléias, com direito ao uso da palavra e ao exercício do voto, desde que civilmente capazes;
- III. participar dos cultos, celebrações, eventos e demais atividades promovidas pela Igreja;
- IV. votar e ser votado para quaisquer cargos ou funções, fazer uso da palavra para propor e expor suas opiniões durante as Assembléias, desde que esteja em plena comunhão com a Igreja e tenha a capacidade civil exigida por lei;
- V. receber assistência espiritual;
- VI. Ser notificado de qualquer denúncia ou documento que a Igreja vier a receber sobre a sua pessoa que comprometa a sua condição de membro;
- VII. Defender-se de qualquer acusação que lhe seja feita perante a assembléia em cumprimento ao que determina o Artigo 8º no seu parágrafo 2º.

Parágrafo Único - A qualidade de membro da Igreja é intransferível, sob qualquer alegação.

Artigo 10 - São deveres dos membros:

- I. manter uma conduta compatível com os princípios éticos, morais e espirituais, sendo correto em suas transações, fiel em seus compromissos de acordo com os ensinamentos da Bíblia Sagrada;
- II. exercitar os dons e talentos de que são dotados e contribuir com dízimos e ofertas, para que a Igreja atinja seus objetivos e cumpra sua missão;
- III. exercer, com zelo e dedicação, os cargos para os quais forem eleitos;
- IV. Evitar e combater todos os vícios;

- V. Evitar a participação em demandas judiciais contra irmãos na fé, pastores, entidades, instituições ou qualquer órgão denominacional conforme princípios ético-cristãos pedidos na Palavra de Deus registrados em 1 Coríntios 6. 1-11.
- VI. Evitar a detração, a difamação, a calúnia e a injúria;
- VII. observar o presente estatuto e zelar pelo seu cumprimento.

Artigo 11 - O membro que não cumprir as decisões da igreja e agir de forma a violar os preceitos deste Estatuto estará sujeito as seguintes penalidades:

- a. Advertência reservada;
- b. Censura pública;
- c. Exoneração ou suspensão dos cargos e funções que exerça por eleição ou nomeação da igreja;
- d. Demissão ou exclusão do rol de membros da igreja.

Parágrafo Único - As penalidades previstas nas alíneas deste artigo não tem caráter progressivo, serão aplicadas a juízo da igreja por decisão em assembleia.

CAPÍTULO IV DAS ASSEMBLÉIAS

Artigo 12 - A Assembleia Geral, constituída pelos membros da Igreja, é o seu poder soberano, cabendo-lhe as seguintes atribuições:

- I. eleger e exonerar o Pastor Titular;
- II. eleger e exonerar os membros da Diretoria, bem como os diretores de outros órgãos da igreja;
- III. aprovar o orçamento anual;
- IV. apreciar os relatórios periódicos e anuais da Diretoria e demais órgãos administrativos;
- V. alienar por venda ou de outra forma, bem como onerar total ou parcialmente o patrimônio da Igreja;
- VI. aceitar doações e legados;
- VII. transferir a sede da Igreja;
- VIII. decidir sobre a mudança do nome da Igreja;
- IX. reformar o estatuto;
- X. deliberar sobre a dissolução da Igreja;
- XI. tomar outras decisões, que envolvam aspectos administrativos, eclesiais e doutrinários;
- XII. resolver os casos omissos neste estatuto.

Artigo 13 - A Assembleia Geral da Igreja será: Ordinária, Extraordinária ou Solene.

Artigo 14 - A periodicidade da Assembleia Geral Ordinária será fixada no calendário da Igreja, sendo a Extraordinária convocada, quando se fizer necessário e as Solenes, para a oficialização de profissões de fé e batismos, inauguração de templo ou outros edifícios, consagração e posse de pastores, etc. quando forem convenientes.

Artigo 15 - A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente ou seu substituto, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Artigo 16 - A Assembleia Geral Ordinária será realizada com o quorum 1/3 (um terço) dos membros da Igreja, em primeira convocação e de qualquer número, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta, exceto nas situações especiais previstas neste estatuto.

- § 1º - Nos casos de eleição e exoneração do Pastor Titular, dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, alienação da sede e reforma do presente Estatuto, o quorum será de 2/3 (dois terços) dos membros da Igreja, em primeira convocação, da metade e mais um, em segunda convocação, 7 (sete) dias após, e de 1/3 (um terço) em terceira convocação, também 7 (sete) dias após.
- § 2º - As decisões sobre os assuntos a que se refere o parágrafo 1º serão tomadas pelo voto favorável de 2/3 (dois terços), dos presentes à Assembléia Geral.
- § 3º - Para deliberar sobre a dissolução da Igreja será necessário o voto favorável de 80% (oitenta por cento) dos seus membros, em 2 (duas) Assembléias Gerais, realizadas com intervalo de 3 (três) meses, devendo a convocação ser feita, expressamente para esse fim, com ampla publicidade, inclusive pela imprensa denominacional, observada a antecedência de 30 (trinta) dias para a convocação.
- § 4º - Em qualquer deliberação, o resultado final da votação deverá ser fiel e integralmente registrado em ata.
- § 5º - Na apreciação dos assuntos levados ao plenário da Assembléia Geral, a Igreja adotará as Regras Parlamentares da Convenção Batista Brasileira, podendo adaptá-las à sua realidade, se julgar necessário fazê-lo.
- § 6º - A Assembléia Geral Ordinária será realizada sempre na sede da Igreja, salvo impossibilidade absoluta de utilização da sede, caso em que um outro local será previamente designado quando da convocação da Assembléia.

Artigo 17 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pelo Presidente ou seu substituto, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Artigo 18 - A Assembléia Geral Extraordinária será realizada com o quorum 1/3 (um terço) dos membros da Igreja, em primeira convocação e de qualquer número, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes, e respeitado o teor do artigo 16 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser convocada para tratar de assunto específico, que constará do edital de convocação a ser devidamente divulgado.

Artigo 19 - As Assembléias Solenes, pela sua própria natureza poderão ser realizadas fora da sede.

Artigo 20 - Dispensa-se quorum para realização das Assembléias Solenes.

Artigo 21 - A Diretoria deverá acolher representação que lhe seja dirigida por um mínimo de 1/5 (um quinto) dos membros da Igreja solicitando a convocação da Assembléia Geral, para apreciar assuntos expressos na representação.

CAPITULO V DA DIRETORIA

Artigo 22 - Ressalvadas a competência e as prerrogativas da Assembléia Geral, como poder soberano que o é, a administração da Igreja será exercida por uma Diretoria composta de: Presidente, Primeiro Vice-presidente; Segundo Vice-presidente; Primeiro Secretário; Segundo Secretário; Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro.

- § 1º - A perda da qualidade de membro da Igreja implicará na perda da qualidade de membro da diretoria;
- § 2º - Ocorrendo exoneração, perda da qualidade de membro ou impedimento definitivo de qualquer diretor, será convocada Assembléia Geral no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do fato, para a eleição do substituto para completar o mandato.

Artigo 23 - O mandato da Diretoria é de um ano, podendo ser eleitos os membros para mandatos sucessivos, sendo que o cargo de Presidente poderá ser exercido pelo Pastor, por tempo indeterminado, a juízo da Assembléia Geral.

Artigo 24 - As datas para eleição e posse da Diretoria, bem como dos diretores de outros órgãos existentes, serão fixadas no calendário anual da Igreja.

Artigo 25 - Compete ao Presidente:

- I. Superintender e supervisionar as atividades da Igreja;
- II. Convocar e presidir as Assembléias;
- III. Representar a Igreja, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- IV. Participar das reuniões de qualquer ministério ou órgão da Igreja, na qualidade de membro ex-ofício;
- V. Assinar, com o Secretário, as atas das Assembléias e do Conselho Administrativo;
- VI. Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o Tesoureiro ou mediante procuração a ele outorgada;
- VII. Apresentar à Assembléia Geral relatório periódico e anual das atividades da Igreja;
- VIII. Tomar decisões, juntamente com a Diretoria, nos casos comprovadamente excepcionais ou de extrema urgência, **ad-referendum** da Assembléia Geral;
- IX. Assinar escrituras, contratos e documentos de caráter jurídico juntamente com o tesoureiro e secretário, mediante autorização previa da Igreja nos termos deste Estatuto;
- X. Realizar operações financeiras juntamente com o tesoureiro mediante autorização prévia da Igreja em Assembléia;
- XI. Cumprir e fazer cumprir este estatuto;
- XII. Exercer o voto de desempate nas assembléias da Igreja.

Artigo 26 - Compete aos Vice-presidentes, na ordem de eleição, substituir o Presidente, nos seus eventuais impedimentos e ausências.

Artigo 27 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I. lavrar e assinar as atas das Assembléias e do Conselho Administrativo;
- II. manter em ordem os arquivos, livros, cadastros e o fichário do rol de membros da Igreja.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese do inciso I, os demais encargos poderão ser exercidos por empregados remunerados pela Igreja.

Artigo 28 - Compete ao Segundo Secretário, sem prejuízo de outras responsabilidades que lhe forem atribuídas, substituir o Primeiro Secretário nos seus impedimentos e eventuais ausências.

Artigo 29 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I. receber e escriturar as contribuições financeiras destinadas à Igreja;
- II. fazer os pagamentos autorizados pela Igreja;
- III. abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o Presidente ou mediante procuração por este outorgada;
- IV. elaborar e apresentar relatórios periódicos e anuais à Assembléia Geral Ordinária;
- V. Assinar escrituras, contratos e documentos de caráter jurídico juntamente com o presidente mediante autorização prévia da Igreja em Assembléia;
- VI. Realizar operações financeiras juntamente com o presidente mediante autorização prévia da Igreja em Assembléia.

Artigo 30 - Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro, na execução do seu trabalho e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências.

Artigo 31 - Nenhum membro da Diretoria receberá salário pelas atividades exercidas.

Artigo 32 - A Igreja adotará um Manual Eclesiástico em que serão definidos a estrutura, os objetivos e funcionamento dos diferentes ministérios, do Conselho Administrativo e demais órgãos existentes.

Parágrafo Único - A composição, redação e reforma do Manual Eclesiástico estará a cargo do Conselho Administrativo.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Artigo 33 - A Igreja contará com um Conselho Administrativo, constituído pela Diretoria da Igreja, diretores dos órgãos internos e outros membros a critério da Igreja.

- § 1º - A direção do Conselho será exercida pela Diretoria da Igreja.
- § 2º - O Conselho Administrativo reunir-se-á, periodicamente, para tratar de assuntos relacionados com o planejamento geral, supervisionar os diversos órgãos da Igreja, preparar a pauta da Assembléia Geral Ordinária, além de outras atividades.
- § 3º - Pelo exercício de suas funções, nenhum membro do Conselho Administrativo receberá qualquer remuneração, ou participação na receita ou patrimônio da Igreja.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Artigo 34 - A Igreja elegerá, anualmente, em Assembléia Geral, um Conselho Fiscal, constituído de 5 (cinco) membros, com as seguintes atribuições:

- I. examinar e dar parecer sobre os balancetes mensais e anuais, elaborados pela Tesouraria;
- II. acompanhar a evolução financeira e o registro contábil;
- III. examinar, periodicamente, os relatórios financeiros, os lançamentos de todas as contas da Igreja, recolhimentos legais, oferecendo o competente parecer para apreciação da Assembléia Geral;
- IV. recomendar as medidas administrativas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO VIII DOS MINISTÉRIOS

Artigo 35 - O Ministério Pastoral será exercido, como preceituado na Bíblia Sagrada.

- § 1º - Caberá ao Pastor a direção dos atos de culto, ocupar o púlpito para proferir as mensagens, dirigir a celebração da Ceia do Senhor, realizar batismos e outras cerimônias, podendo a seu critério convidar outros pregadores ou pastores para realiza-las, ou aprovar, nomes porventura indicados por membros da igreja.
- § 2º - As demais atribuições do Pastor Titular serão definidas no Manual Eclesiástico.
- § 3º - A remuneração do Pastor Titular será exclusivamente em decorrência das suas atividades ministeriais.

Artigo 36 - Para o exercício do ministério em áreas específicas, a Igreja poderá eleger ministros auxiliares que poderão ser remunerados conforme disponibilidade e decisão da igreja em Assembléia Geral.

Artigo 37 - Caso surjam problemas éticos, morais ou doutrinários no ministério pastoral, a igreja convocará a Comissão de Ética da Ordem dos Pastores Batistas do Estado de São Paulo, ou outra que a substitua, que servirá de concílio de arbitramento para dar parecer a fim de que a igreja, em assembléia, de acordo com os termos deste estatuto, possa exercer a decisão.

Artigo 38 - Para os casos éticos, morais ou doutrinários dos ministérios auxiliares da igreja que tenham sido ordenados segundo formação específica, a igreja só poderá exercer decisão para com o ministro após parecer de um concílio formado de pastores em exercício no pastorado de Igrejas arroladas, na Convenção Batista do Estado de São Paulo, ou outra que a substitua, especificamente formado pela igreja para este fim, composto de 7 pastores.

Artigo 39 - A Igreja poderá criar, quando julgar necessário, novas áreas de trabalho, outros órgãos, bem como departamentos e comissões permanentes, cujas estruturas e finalidades serão definidos no Manual Eclesiástico.

CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Artigo 40 - O patrimônio da Igreja é constituído de bens móveis, imóveis e outros compatíveis com sua natureza e missão, existentes ou por existir, registrados em seu nome, recebidos através de doações, legados e aquisições próprias, que serão aplicados na execução dos seus fins;

Artigo 41 - Os recursos para manutenção da Igreja são oriundos dos dízimos, ofertas e contribuições dos seus membros, por ato de fé, não podendo ser reivindicados, nem mesmo por terceiros, sob qualquer alegação, ou ainda de ofertas de quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas, de fonte digna a critério da Igreja, e serão aplicadas na consecução de seus fins.

§ 1º - Os dízimos e ofertas entregues à Igreja integram o seu patrimônio;

§ 2º - Os membros da Igreja em nenhuma condição participam de seu patrimônio.

Artigo 42 - A Igreja poderá receber, por decisão da Assembléia Geral, doações e legados, que deverão ser aplicados, exclusivamente, na consecução de suas finalidades e objetivos.

CAPÍTULO X DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

Artigo 43 - Ocorrendo divergências entre os membros da Igreja, no tocante às práticas eclesiais e às doutrinas batistas, como expostas na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, que causem divisões, os bens patrimoniais ficarão na posse, domínio e administração do grupo que permanecer fiel às mencionadas práticas e doutrinas, mesmo que seja constituído pela minoria.

Parágrafo Único - De igual modo, o nome “Igreja Batista Betel” será de uso exclusivo do grupo fiel às doutrinas batistas acima referidas, cabendo-lhe, também, as seguintes prerrogativas:

- I. permanecer na posse e domínio do templo e demais imóveis, neles continuando a exercer as suas atividades espirituais, eclesiais e administrativas;
- II. eleger outra Diretoria, inclusive um novo Pastor se as circunstâncias o exigirem;
- III. exercer todos os direitos e prerrogativas previstos neste estatuto e na lei.

Artigo 44 - Configurada qualquer das hipóteses previstas no artigo 43, o julgamento do litígio será feito por um Concílio Decisório, constituído de 15 (quinze) pastores indicados pela Convenção, através do seu órgão representativo.

Parágrafo Único - O Concílio Decisório será criado mediante exposição, devidamente fundamentada e encaminhada ao órgão de representação acima referido.

Artigo 45 - O processo de instrução e julgamento terá início, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que a representação chegar à Convenção.

- § 1º - Na sua primeira reunião o Concílio Decisório elegerá o Presidente e dois secretários para os devidos fins.
- § 2º - O Concílio Decisório poderá realizar suas reuniões na sede da Igreja ou fora dela.
- § 3º - As decisões do Concílio Decisório são irrecorríveis, entrando em vigor imediatamente.
- § 4º - O grupo que, de qualquer maneira, se opuser ao processo aqui estabelecido, será considerado vencido, ficando sujeito às sanções previstas neste estatuto e na lei.

Artigo 46 - O Concílio Decisório terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que tenha sido constituído, a fim de apurar os fatos e proferir a decisão final.

Parágrafo Único - No processo de apuração dos fatos e tomada de decisões, o Concílio Decisório fará o uso das provas em direito admitidas.

Artigo 47 - Enquanto não forem sanadas as divergências doutrinárias, o grupo infiel não poderá deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I. alienação por venda ou de outra forma, bem como oneração total ou parcial do patrimônio da Igreja;
- II. desligamento de membros ou quaisquer restrições aos seus direitos individuais na Igreja;
- III. reforma do estatuto ou qualquer outro documento normativo;
- IV. mudança da sede;
- V. alteração do nome da Igreja.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 48 - Os membros da Igreja não respondem individual, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações por ela contraídas, bem como, reciprocamente, a Igreja não responde pelas obrigações assumidas por seus membros.

Parágrafo Único - Não haverá solidariedade da Igreja quanto às obrigações contraídas por outras igrejas ou instituições denominacionais.

Artigo 49 - A Igreja não concederá avais ou fianças, nem assumirá quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades.

Parágrafo Único - O mesmo aplicar-se-á a pessoa do Pastor Titular e Presidente, assim como aos demais membros da diretoria.

Artigo 50 - A igreja poderá ter um regimento interno, nos termos deste estatuto, que regulamentará todas as suas associações e seu funcionamento.

Artigo 51 - A Igreja só poderá ser dissolvida pela Assembléia Geral quando não estiver cumprindo, reconhecidamente, as suas finalidades, observado o disposto nos artigos 2º e 3º deste Estatuto.

Artigo 52 - Na hipótese de dissolução da Igreja, o patrimônio líquido será destinado à Convenção, e, na sua falta, à Convenção Batista Brasileira ou outra associação denominacional que venha sucedê-la.

Artigo 53 - O ano fiscal da Igreja, acompanha o ano civil.

Artigo 54 - O presente artigo, bem como os artigos 2º; 3º; 16 § 3º; 41 e seus parágrafos; Capítulo X e seus artigos, parágrafos e seus incisos; 51 e 52, só poderão ser alterados, derogados ou revogados, mediante homologação da Convenção, através do seu órgão representativo e, na falta deste, pelo Conselho Geral da Convenção Batista Brasileira.

Artigo 55 - Este estatuto entrará em vigor após o seu registro no Cartório das Pessoas Jurídicas, e só poderá ser reformado pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, observadas as condições e exigências previstas no artigo 16, § 1º e § 2º.

REGRAS PARLAMENTARES PARA A IGREJA

INTRODUÇÃO:

As regras parlamentares são especificamente próprias de regimes ou formas democráticas de governo. Nossa Igreja, que se espelha nas Igrejas Neotestamentárias, democráticas em sua forma de governo ou administração, adota as regras parlamentares em suas celebrações administrativas, visando dar a tais reuniões a necessária ordem e dignidade, embora primando por conduzi-las mais pelo espírito de culto, do que secular.

AS SESSÕES

Com a finalidade de tratar dos assuntos que interessam sua vida organizacional ou administrativa, a Igreja reúne-se em Assembléias Gerais, presididas pelo seu presidente e, em sua ausência ou impedimentos, pelo 1º Vice- Presidente.

A ORDEM DE TRABALHO DE UMA SESSÃO

A agenda dos trabalhos deve ser preparada pelo presidente e o Conselho Administrativo (CA) e, na assembléia, o presidente lerá a ordem do dia e consultará a Igreja se aprova e se tem alguma outra matéria urgente para ser acrescentada. Convém que fique bem frizado que uma assembléia de igreja não pode ficar ao sabor das improvisações de membros que desejam discutir assuntos variados. A democracia vive e fundamenta-se na ordem. Se um membro da Igreja tem algo que julga importante e necessário para a consideração dos irmãos deve procurar o presidente ou o CA e solicitar a inclusão do assunto na Ordem do Dia, pois a são inclusão indiscriminada de assuntos na hora da assembléia é que faz as mesmas demorem, por vezes horas e horas.

OS DEBATES

Artigo 1º - Para ser discutido numa assembléia, qualquer assunto deverá ser introduzido por uma proposta, devidamente apoiada, salvo os pareceres de comissões.

Artigo 2º - Aquele que desejar falar para apresentar ou discutir proposta deverá levantar-se e dirigir-se ao presidente, usando a pressão: “Peço a palavra, Sr. Presidente”.

Artigo 3º - Concedida a palavra, o orador falará, dirigindo-se ao presidente ou à assembléia, expondo o seu assunto e enunciando claramente a sua proposta que quando for muito extensa ou envolver matéria grave, deve ser redigida e encaminhada à mesa.

Artigo 4º - Feita uma proposta, ela só será posta em discussão se receber apoio de um outro membro do plenário, o qual, dirigindo-se ao presidente, dirá: “Apoio a proposta feita Sr. Presidente”, ou simplesmente: “apoiado”.

Artigo 5º - Posta a proposta em discussão, os membros que desejarem falar devem levantar-se e solicitar a palavra ao Presidente.

Artigo 6º - O Presidente concederá a palavra ao membro que primeiro solicitar e, quando dois ou mais solicitarem a palavra ao mesmo tempo, concedê-la-á àquele que estiver mais distante da mesa.

Artigo 7º - Quando muitos oradores desejarem falar, o presidente poderá ordenar a abertura de inscrições, pela secretária(o) da igreja.

Artigo 8º - Por voto da assembléia; pode ser limitado o tempo dos oradores.

Artigo 9º - Feita uma proposta, apoiada e posta em discussão, qualquer membro do plenário poderá apresentar uma proposta substitutiva, isto é, uma proposta baseada na que originalmente foi feita, mas modificando seus termos ou alcance.

Parágrafo Único - somente poderá propor, discutir, votar e ser votado, o integrante do plenário que seja efetivamente membro da Igreja local.

Artigo 10º - Uma proposta substitutiva não pode contrariar fundamentalmente a proposta original.

Artigo 11º - Uma vez proposto e apoiado um substituto, a discussão passará a ser feita em torno dela.

Artigo 12º - Encerrada a discussão e posta à votos a proposta substitutiva, se ela vencer desaparece a proposta original; se não vencer, voltará à discussão a proposta original.

AS EMENDAS

Artigo 13º - Emenda é a proposição apresentada como acessória ou complemento de outra e, poderá ser: supressiva, substitutiva, aditiva ou de redação.

§ 1º - Emenda supressiva é aquela que manda cortar qualquer parte de outra emenda.

§ 2º - Emenda substitutiva é aquela que pretende suceder, isto é ficar no lugar de outra.

§ 3º - Emenda aditiva é aquela que se acrescenta a outra.

§ 4º - Emenda modificativa é aquela que altera a outra sem modificá-la substancialmente ou seja, sem tirar a sua essência, o seu objetivo.

§ 5º - Emenda de Redação é aquela que se destina a corrigir falhas de redação apenas.

Artigo 14º - Feita uma proposta e posta em discussão, qualquer membro pode propor emendas a ela.

Artigo 15º - Apresentada e apoiada a emenda, a discussão passará a ser travada em torno dela.

Artigo 16º - Encerrada a discussão sobre a emenda, o Presidente põ-la á em votação; se vencer, será acrescentada a proposta original, que em seguida será também posta em votação, já com a emenda.

Artigo 17º - Para facilitar a discussão ou a votação, o Presidente poderá dividir uma proposta que conste de vários pontos, submetendo à votação cada ponto separadamente.

Artigo 18º - Uma proposta, já apoiada, poderá ser retirada da discussão por expressa solicitação do seu autor, com o consentimento do plenário.

Artigo 19º - Quando for apresentada uma proposta e ela não obtiver apoio, tal proposta cairá, pois isto significa que ela não é do interesse de mais de uma pessoa.

A VOTAÇÃO

Artigo 26º - Concluída a discussão, o presidente anunciará com clareza a proposta que vai ser votada, podendo determinar a sua leitura, se julgar necessário e, então colocará a proposta em votação, utilizando a expressão: “Está em votação”.

Artigo 27º - Após a declaração pelo presidente de que a proposta está em votação, a nenhum irmão poderá ser dada a palavra sob nenhum pretexto, antes da apuração dos votos.

Artigo 28º - Uma vez anunciado que a proposta está em votação, o presidente, deverá pedir os votos a favor.

Artigo 29º - Após pedir os votos a favor, pedirá o presidente os votos contrários, anunciando em seguida o resultado da votação.

Artigo 30º - Quando houver necessidade a critério da mesa, e nas eleições, os votos devem ser recontados.

Artigo 31º - Podem ser usadas as seguintes formas de votação :

- a) Levantarem uma das mãos os que votam em certo sentido;
- b) Colocaram-se em pé os que votam na direção anunciada;
- c) Permanecerem sentados os que favorecem e levantarem-se os que contrariam a proposta;
- d) Permanecerem em silêncio os que favorecem e,
- e) Dizerem “sim” os que favorecem e “não” os contrários.

Artigo 32º - As resoluções da Assembléia serão tomadas observando corum e regras estabelecidas no estatuto para as votações.

Artigo 33º - Em certas votações é conveniente o uso de escrutínio secreto.

Artigo 34º - Qualquer irmão que julgar que houve erro ou omissão na contagem de votos poderá requerer à mesa a recontagem, que será feita imediatamente, sem discussão, a critério da mesa.

Artigo 35º - Qualquer irmão que desejar, tendo sido vencido na votação, poderá solicitar que seja inserida em ata a justificação de seu voto, que apresentará sucintamente por escrito.

OBS: Foram colocados apenas os principais artigos do Conjunto de Regras Parlamentares.

COMO O CRISTÃO DEVE PROCEDER NA DISCUSSÃO PARLAMENTAR

1. Expresse sempre suas idéias e pontos de vista sobre uma proposição. Isto contribuirá para que outros façam decisões inteligentes e razoáveis.
2. Se você desconhecer o procedimento exato ou como enunciar alguma proposição, Pergunte ao moderador. É responsabilidade dele ajudá-lo.
3. Trabalhe para o bem do grupo. Não permita que preferências pessoais influenciem sua discussão ou determine seu voto.
4. Consiga a palavra antes de enunciar sua proposta ou discutir uma outra. Para tanto, levante-se e diga: “ Peço a palavra, “Sr. Presidente“.
5. Introduza uma proposta dizendo. “Proponho que...” É incorreta qualquer outra forma de enunciação-la.

6. Seja gracioso, caridoso e confiante em seus modos e escolha das palavras.
7. Evite dizer algo que venha causar embaraço ao presidente ou a um membro do grupo.
8. Evite ser “esperto” ou “sabido”. Tal atitude não fica bem em qualquer espécie de reunião eclesiástica.
9. Evite causar deliberadamente embaraços parlamentares ao presidente. Isso não é cristão e nem respeitoso.
10. Mantenha-se no assunto que esteja diante do grupo. Evite introduzir matérias não importantes.
11. Não monopolize uma discussão, por mais interesse que ela lhe desperte. Os outros membros do grupo também tem os seus direitos.
12. Evite mudar a questão anterior para um outro lado, ou propositalmente impedir o debate. Isso não é cristão nem democrático.
13. Mostre-se cortês e respeitoso para com o presidente, evitando conversar com outra (s) pessoa (s) enquanto ele preside.
14. Certifique-se de que entenda a proposta antes de votar.
15. Ore e busque a direção de Deus na determinação de como votar. A maneira como se chega à decisão pode ser mais importante do que votar nela.
16. Vote quando puder fazê-lo inteligentemente. Diz-se que não votar é ser “meio voto pró e meio voto contra”.